



HCV RESOURCE
NETWORK

ASSESSOR LICENSING SCHEME

No do documento	ALS_02_N	PORTUGUES
Data	08/11/2017	

HCSA

HIGH CARBON STOCK APPROACH

MANUAL DE AVALIAÇÃO DE AVC-HCSA

Para uso em avaliações
integradas de AVC-HCSA



Este Manual de Avaliação de AVC-HCSA foi preparado pela Proforest e Daemeter para o Esquema de Licenciamento de Avaliadores (ALS) da Rede de Recursos de Alto Valor de Conservação (HCVRN) e a Abordagem de Alto Estoque de Carbono (HCSA). Em caso de dúvidas ou comentários sobre o uso deste manual e documentos comprovativos, entre em contato com:

HCV Resource Network Secretariat (HCV Network Ltd)

West Suite, Frewin Chambers, Frewin Court, Oxford, OX1 3HZ United Kingdom

E: secretariat@hcvnetwork.org

Para atualizações e informações sobre o Esquema de Licenciamento de Avaliadores da Rede de Recursos de AVC, visite:

www.hcvnetwork.org/als

Conteúdo

Parte 1: Contexto	6
1.1 INTRODUÇÃO	6
1.2 QUAL A FINALIDADE DESTE MANUAL?	7
1.3 QUEM PODE CONDUZIR UMA AVALIAÇÃO DE AVC-HCSA?	8
1.4 COMO UTILIZAR ESTE MANUAL	8
1.5 A AVALIAÇÃO INTEGRADA DE AVC-HCSA	9
1.5.1 A Organização: Preparando o terreno antes da avaliação	9
1.5.2 A avaliação de AVC-HCSA	10
1.5.3 Após a avaliação: ICLUP e produção sustentável de commodities	10
1.6 ORIENTAÇÃO DE CLPI PARA A EQUIPE DE AVALIAÇÃO	10
Parte 2: A AVALIAÇÃO DE AVC-HCSA	12
2.1 INTRODUÇÃO	12
2.2 PRÉ-AVALIAÇÃO	14
2.2.1 Coleta de informações básicas	14
2.2.2 Conduzir rápida diligência devida	14
2.2.3 Prosseguindo com a avaliação de AVC-HCSA	16
2.3 ESTUDO DE ÂMBITO	16
2.3.1 Definindo o escopo da avaliação	17
2.3.2 Coleta de informações	17
2.3.3 Mapa preliminar de cobertura da terra e análise de fragmentos florestais	19
2.3.4 Visita(s) de campo	19
2.3.4.1 Identificação e consulta das partes interessadas	20
2.3.4.2 Visitando uma amostra de comunidades	21
2.3.4.3 Verificação em campo inicial do mapa da cobertura da terra	23
2.3.4.4 Identificação das características biofísicas e ecológicas	23
2.3.5 Resultado do estudo de âmbito	24
2.4 PREPARAÇÃO PARA AVALIAÇÃO COMPLETA	26
2.4.1 Registrar-se com o ALS	26
2.4.2 Equipe de avaliação	26
2.4.3 Preparar metodologia	26

2.5 AVALIAÇÃO COMPLETA	28
2.5.1 Trabalho de campo social	28
2.5.1.1 Mapeamento participativo	29
2.5.1.2 Estudos sociais	30
2.5.2 Trabalho de campo ambiental	30
2.5.2.1 Inventário de florestas de HCS	31
2.5.2.2 Esforços para identificação de AVC	31
2.5.2.3 Estudos biofísicos	32
2.5.2.4 Verificação do estudo de turfas	32
2.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	33
2.6.1 Identificação de AVC	33
2.6.2 Análise de fragmentos florestais de HCS	34
2.6.3 Identificação de terras da população local	34
2.6.4 Interpretação do estudo de turfas	34
2.6.5 Sobreposição de conjuntos de dados relevantes	35
2.6.6 Redação de recomendações de gestão e monitoramento	36
2.7 CONSULTA	39
2.7.1 Comunidades afetadas	40
2.7.2 Organização	40
2.7.3 Outras partes interessadas	40
2.8 PROCESSO DE CONTROLE DE QUALIDADE	42
ANEXOS	43
Anexo 1: Termos de referência da equipe de avaliação de AVC-HCSA	43
Anexo 2: Lista de controle de planejamento de avaliação	45
Anexo 3: Lista de controle de necessidades de informação	46
Anexo 4: Documentando a consulta a partes interessadas	50

LISTA DE ACRÔNIMOS

AIS	Avaliação de Impacto Social
AISA	Avaliação de Impacto Socioambiental
ALS	Esquema de Licenciamento de Avaliadores de AVC (do ingles HCV Assessor Licensing Scheme)
AOI	Área de Interesse (do ingles Area of Interest)
AVC	Alto Valor de Conservação
BAS	Biomassa acima do solo
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção
CLPI	Consentimento Livre, Prévio e Informado
HCS	Alto Estoque de Carbono (do ingles High Carbon Stock)
HCSA	Abordagem de Alto Estoque de Carbono (do ingles High Carbon Stock Approach)
HCVRN	Rede de Recursos de Alto Valor de Conservação (do ingles High Conservation Value Resource Network)
HPP	Fragmento Florestal de Alta Prioridade (do ingles High Priority Patch)
ICLUP	Plano Integrado de Conservação e Uso da Terra (do ingles Integrated Conservation and Land Use Plan)
LiDAR	Light Detection and Ranging (um método de sensoriamento remoto)
LPP	Fragmento Florestal de Baixa Prioridade (do ingles Low Priority Patch)
MDE	Memorando de Entendimento
MPP	Fragmento Florestal de Média Prioridade (do ingles Medium Priority Patch)
ONG	Organização não governamental
PFNM	Produtos Florestais não Madeireiros
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza

Parte 1: Contexto

1.1 INTRODUÇÃO

No campo, avaliações de AVC e HCSA têm sido efetuadas separadamente, por equipes distintas, e muitas vezes em épocas diferentes. Tanto a Rede de Recursos de Alto Valor de Conservação quanto o Grupo de Coordenação da Abordagem de Alto Estoque de Carbono reconhecem que a integração das avaliações de AVC e HCSA e de seus processos de controle de qualidade irão permitir maior eficiência na mobilização da equipe e redução de custos e evitar certa confusão das partes interessadas causada por múltiplas equipes realizando consultas. Para tal, em 2015, o Grupo de Coordenação da HCSA estabeleceu o Grupo de Trabalho de Integração de Alto Valor de Conservação (AVC) – Alto Estoque de Carbono (HCSA) – Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Os esforços do Grupo de Trabalho de Integração culminaram na produção do Módulo 3 do Kit de Ferramentas da HCSA: Integração de AVC, HCSA e CLPI em Maio de 2017. O Módulo 3 oferece uma visão geral e serve de guia na prestação simultânea no campo dos processos baseados em valores de AVC, CLPI e HCSA.

Foi decidido que, dali em diante, avaliações integradas de AVC-HCSA-CLPI são necessárias (i.e., avaliações de HCSA devem ser conduzidas como parte de uma avaliação integrada), e que o controle de qualidade dos relatórios de avaliação será conduzido pelo Esquema de Licenciamento de Avaliadores (ALS) da HCVRN. Isto exigiu a produção de um manual técnico mais detalhado de avaliações integradas.

Fase inicial de um novo sistema:

A produção deste manual e o lançamento das avaliações integradas de AVC-HCSA não significa que, de agora em diante, as avaliações de AVC-HCSA serão perfeitamente integradas e eficientes. No entanto, especialistas de AVC e HCSA estarão agora trabalhando juntos como membros de uma só equipe, compartilhando dados e interpretando juntos os resultados. Com o tempo, espera-se que ambos os especialistas de AVC e HCSA aprendam mais sobre o trabalho um do outro. A medida que se ganha mais experiência e mais orientações são produzidas, a integração sem dúvidas irá melhorar.

É importante entender que AVC e HCSA tanto são abordagens como ferramentas de avaliação prática. Porém, o CLPI não é nem uma avaliação nem uma ferramenta, e sim um processo e uma forma de trabalho que exige uma mudança de atitude para capacitar as comunidades a estarem no centro do planejamento do uso da terra e da definição de prioridades de conservação que afetem suas terras. O Módulo 3 enfoca nos aspectos técnicos das abordagens de AVC e HCSA e nos principais aspectos do CLPI que integram uma avaliação de AVC-HCSA. Por este motivo, o manual técnico é chamado Manual de Avaliação de AVC-HCSA. Não é chamado **Manual de Avaliação de AVC-HCSA-CLPI**, mas isto não significa que o CLPI possa ser excluído em uma avaliação integrada. **Este manual irá destacar onde e como os procedimentos de CLPI devem ser incluídos numa avaliação integrada.** O Kit de Ferramentas da HCSA tem um módulo dedicado a exigências sociais (Módulo 2), onde o CLPI é abordado em maiores detalhes. Além disso, um guia de implementação está sendo produzido para fornecer orientações práticas adicionais sobre o cumprimento das exigências sociais da HCSA.

A partir de 2016, a HCVRN encabeçou a elaboração deste manual. Após a publicação do Módulo 3 do Kit de Ferramentas da HCSA em maio de 2017, foi necessário certificar-se que o Módulo 3 e este manual estivessem em harmonia. De maio a julho de 2017, a HCVRN coordenou a edição do manual, e realizou uma consulta pública de 30 dias, resultando em quase 300 comentários de partes interessadas. Portanto, este manual é produto da colaboração de diversas partes interessadas incluindo praticantes de HCSA e AVC, empresas, ONGs e especialistas socioambientais. Uma das tarefas do editor foi examinar comentários pedindo uma orientação prescritiva mais detalhada versus sugestões de maior flexibilidade, portanto não há dúvidas de que este manual não conseguirá agradar a todos. Avaliações de AVC-HCSA são relativamente recentes, e lições estão sendo tiradas ao longo do caminho. Por isso, é provável que este manual precise ser atualizado periodicamente com base em testes práticos de campo.

1.2 QUAL A FINALIDADE DESTE MANUAL?

Este manual é o documento oficial de referência para avaliações de AVC-HCSA. Visa principalmente orientar equipes de avaliação sobre o processo de avaliação de AVC-HCSA. Porém, o manual também é útil para Organizações¹ comissionando avaliações de AVC-HCSA e outras partes interessadas nos aspectos técnicos do processo de avaliação e nos detalhes do controle de qualidade do Esquema de Licenciamento de Avaliadores da HCVRN.

Com a publicação deste manual, é importante compreender que:

- Este manual é o documento técnico de referência para avaliações integradas. O Módulo 3 do Kit de Ferramentas da HCSA não precisa ser utilizado numa avaliação, mas é útil para o público em geral.
- Todas as avaliações de HCSA devem ser realizadas como avaliações de AVC-HCSA.²
- O sistema de garantia de qualidade da HCSA para relatórios de avaliação de HCSA com base em revisão por pares da avaliação não é mais válido para avaliações iniciadas após a publicação deste manual. Ao invés disso, o controle de qualidade de avaliações de AVC-HCSA foi transferido para o Esquema de Licenciamento de Avaliadores (ALS) da HCVRN³.
- Avaliações de AVC-HCSA devem ser conduzidas por um avaliador com licença do ALS.
- Este manual é destinado a ajudar grandes Organizações que assumiram compromissos de proteção de florestas de HCS, AVCS e turfas e respeito ao CLPI da população local, para implementação destes compromissos no campo.
- Este manual pode ser usado para avaliações integradas no contexto de qualquer commodity. No entanto, ele visa principalmente contextos onde haja um grande latifundiário ou Organização com direitos para desenvolver a terra e produzir commodities agrícolas ou produtos florestais em florestas tropicais fragmentadas (< 80% de cobertura florestal). Não é adaptado para o contexto do pequeno produtor, nem para o contexto de paisagens com grande cobertura florestal – ambos os quais são objetos de grupos de trabalho da HCSA.
- Avaliações exclusivas de AVC irão continuar sob o Esquema ALS da HCVRN, com documentos de orientação do ALS, modelos de relatórios e documentos de controle de qualidade exclusivos para AVC.

1 O termo “Organização” será utilizado neste manual para se referir a entidades responsáveis pela produção de commodities e pelo comissionamento de avaliações de AVC-HCSA. Ele pode ser considerado sinônimo de operador, elaborador de projetos, empresa, etc

2 A exceção é para avaliações de HCSA conduzidas em outros contextos, atualmente não abordadas no Kit de Ferramentas da HCSA (p. ex. paisagens com grande cobertura).

3 Veja a seção 2.8 para uma explicação sobre o sistema de controle de qualidade do ALS.

1.3 QUEM PODE CONDUZIR UMA AVALIAÇÃO DE AVC-HCSA?

Uma avaliação de AVC-HCSA deve ser conduzida por um avaliador licenciado pelo ALS⁴. Ao menos dois membros da equipe de avaliação (incluindo o avaliador principal) devem ser profissionais registrados na abordagem de HCS. Ao menos um membro da equipe de avaliação deve ser especialista em GIS (Sistema de Informação Geográfica) e sensoriamento remoto. Além disso, deve haver pelo menos um membro da equipe competente na área social, incluindo em relação à facilitação comunitária e ao mapeamento participativo⁵. Membros da equipe devem ser capazes de se comunicar apropriadamente (i.e., respeitando as culturais locais, usando métodos apropriados, usando intérpretes idiomáticos) e efetivamente com uma miríade de partes interessadas. Veja o Anexo 1 para os termos de referência para equipes de avaliação de AVC-HCSA.

1.4 COMO UTILIZAR ESTE MANUAL

Para evitar duplicação, este manual é projetado para ser usado em conjunto com outros documentos de referência (Quadro 1).

QUADRO 1: DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

GUIA GERAL PARA IDENTIFICAÇÃO DE AVC

Este documento oferece uma explicação das seis categorias de AVC e dá exemplos de possíveis AVCs, métodos e fontes de dados úteis. A versão atual de definições de AVC pode ser encontrada no site da HCVRN.

ORIENTAÇÃO COMUM PARA GESTÃO E MONITORAMENTO DE AVC

Este documento oferece orientação útil em métodos de campo para monitoramento de AVC (também úteis para identificação de AVC), identificação de ameaças e recomendações de manejo geral. Além disso, oferece orientação sobre os princípios de manejo e monitoramento, e como planejar e implementar tais atividades.

KIT DE FERRAMENTAS DA ABORDAGEM DE HCS

O Kit de Ferramentas é formado de sete módulos, incluindo exigências sociais, integração de AVC, HCSA e CLPI e módulos técnicos em classificação da vegetação e análise de fragmentos florestais.

GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE REQUISITOS SOCIAIS

Este documento está sendo elaborado, e irá fornecer orientação prática no cumprimento de exigências sociais da HCSA.

A equipe de avaliação deve ler estes documentos em detalhes antes de embarcar numa avaliação. Visite os sites do ALS e da HCSA antes de começar uma avaliação para as versões atuais de todos os documentos.

4 Licença provisória ou definitiva

5 A competência em facilitação comunitária no contexto de um país em desenvolvimento é muito importante em termos dos aspectos sociais do processo. Isto é mais do que simplesmente a habilidade de se comunicar com as partes interessadas, e não é necessariamente abordado num treinamento geral de ciências sociais

1.5 A AVALIAÇÃO INTEGRADA DE AVC-HCSA

A Figura 1 mostra como a avaliação integrada se encaixa na Abordagem mais ampla de HCS.

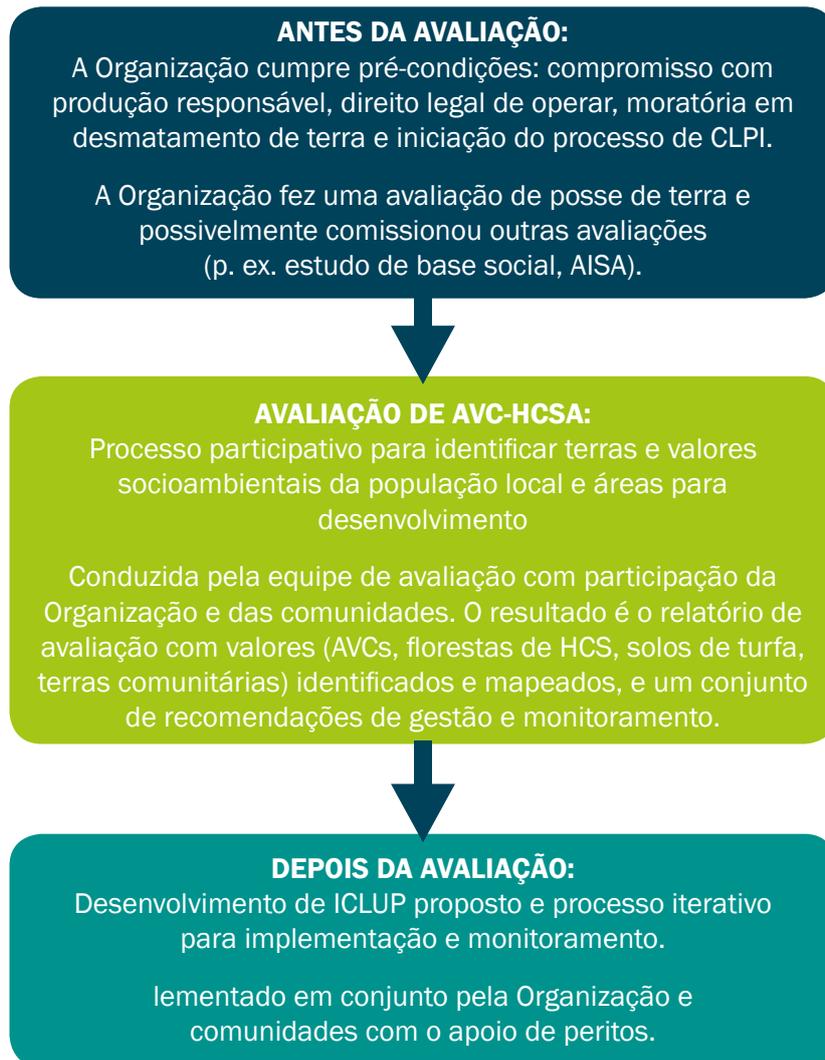


Figura 1 Processo global de produção responsável de commodities, mostrando como a avaliação de AVC-HCSA (quadro verde) se encaixa no quadro geral.

1.5.1 A Organização: Preparando o terreno antes da avaliação

Antes da avaliação começar, a Organização deve ter assegurado direitos ou permissões legais para explorar e/ou desenvolver a área e deve já ter se engajado com as comunidades para discutir:

- o projeto proposto (p. ex. desenvolvimento agrícola, plantação de celulose e papel) incluindo os riscos e benefícios potenciais
- seus compromissos em identificar e manter florestas de HCS e AVCs dentro de suas operações e na paisagem circundante, em cooperação com comunidades e outros atores
- porque florestas de HCS são importantes para as comunidades e a sociedade em geral
- o direito das comunidades em escolher se desejam identificar e manter AVCs e florestas de HCS em suas terras, e como as comunidades potencialmente podem ser apoiadas através de

incentivos e benefícios para manter quaisquer florestas identificadas de HCS

- as fases de desenvolvimento do projeto incluindo a avaliação de AVC-HCSA

Através do engajamento com a população local, deve também ter assegurado o consentimento inicial (CLPI) da população para conduzir o processo de avaliação, e acordado um processo com a mesma pelo qual engajamento e consentimento adicionais possam ser negociados⁶. A Organização deve conduzir uma avaliação de posse de terra, e pode já ter realizado um mapeamento participativo de algum tipo, que fornecerá informações valiosas para a avaliação de AVC-HCSA no futuro.

1.5.2 A avaliação de AVC-HCSA

A avaliação de AVC-HCSA é um processo participativo para identificação de valores socioambientais que precisam ser conservados em paisagens produtoras. O Módulo 3 do Kit de Ferramentas da HCSA inclui um quadro mostrando como AVC, HCSA e CLPI devem ser integrados como parte da avaliação técnica. Este manual técnico é amplamente baseado no quadro integrado, e todo o conteúdo relevante do Módulo 3 foi incluído neste manual. A Figura 2 mostra as etapas existentes numa avaliação de AVC-HCSA.

O papel e responsabilidade da equipe de avaliação é identificar estes valores em colaboração com as comunidades locais, peritos relevantes, a Organização e outras partes interessadas para produzir um relatório de avaliação. **O relatório de avaliação é uma compilação dos resultados socioambientais com base nos dados colhidos em estudos de campo, entrevistas, mapeamento participativo, análise de imagens de satélite, etc. e é interpretado através das lentes das abordagens de HCS e AVC.** O relatório tem controle de qualidade pelo ALS da HCVRN, que verifica seu rigor técnico e total compreensão prática e teórica das abordagens de HCS e AVC.

1.5.3 Após a avaliação: ICLUP e produção sustentável de commodities

A conclusão do Plano Integrado de Conservação e Uso da Terra (ICLUP) proposto está além do escopo deste manual e não é o papel da equipe de avaliação. O relatório de avaliação destina-se a servir como base para que a Organização, comunidades e outras partes interessadas avancem com o desenvolvimento de um ICLUP que irá determinar o uso da terra para a produção responsável de commodities na paisagem. A HCSA está desenvolvendo informações adicionais sobre ICLUPs propostos para Organizações e outras partes interessadas.

1.6 ORIENTAÇÃO DE CLPI PARA A EQUIPE DE AVALIAÇÃO

A implementação dos princípios de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) é responsabilidade fundamental da Organização e deve ter início antes da avaliação de AVC-HCSA e continuar após a mesma. Porém, **a equipe de avaliação de AVC-HCSA deve ter um entendimento claro dos princípios de CLPI e de como utilizá-los durante a avaliação.**

⁶ Requisito Social 2 da HCSA

Este manual não explica nem os princípios de CLPI, nem o processo de CLPI em detalhes. Por favor veja o Módulo 2 do Kit de Ferramentas da HCSA para uma lista de recursos de CLPI.

Em relação às comunidades locais, é importante observar que a consulta não é apenas a passagem de informação do avaliador para um membro da comunidade ou da Organização para um membro da comunidade. Ao invés disso, ao longo deste manual, **quando a consulta comunitária é mencionada, a intenção é de que seja uma comunicação bidirecional envolvendo participação ativa e processos decisórios em conjunto.** A consulta deve ser justa, representativa e não-discriminatória. Sub-grupos devem ser consultados. Os resultados da avaliação devem ser apresentados às comunidades afetadas para feedback; uma vez validados pelas comunidades afetadas, estes resultados serão então eventualmente usados como base para qualquer negociação.

Ao longo deste manual, a atenção será direcionada para como o CLPI deve ser considerado ou integrado durante as diferentes atividades e etapas da avaliação. O Grupo de Trabalho de Integração identificou um conjunto de ‘portões’ de CLPI, que são pontos ao longo do processo de avaliação onde a população local pode decidir conceder ou recusar consentimento. Estes pontos estão resumidos na Figura 2 e incluídos nas etapas de avaliação na Parte 2 do manual. Em linhas gerais, as responsabilidades de CLPI do avaliador versus as responsabilidades da Organização comissionando a avaliação podem ser descritas da seguinte forma⁷:

Tabela 1: Responsabilidades de CLPI da Organização e do avaliador

CLPI: RESPONSABILIDADES DA ORGANIZAÇÃO	CLPI: RESPONSABILIDADES DO AVALIADOR
<ul style="list-style-type: none"> • Conduzir engajamento inicial e consultas a partes interessadas de acordo com os princípios do CLPI. • Obter acordo comunitário para conduzir o estudo de âmbito da avaliação de AVC-HCSA e, posteriormente, a avaliação definitiva. • Decidir com cada comunidade os procedimentos pelos quais o consentimento geral para o plano proposto de desenvolvimento e conservação será procurado. • Chegar a um acordo sobre as áreas finais de gestão de AVC-HCSA e suas atividades de manejo e monitoramento. • Discutir incentivos e benefícios potenciais para conservação e desenvolvimento integrados. • Chegar a um acordo sobre como a população local será representada no projeto e como ela dará seu consentimento. • Treinamento de pessoal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prosseguir com as atividades de avaliação (p. ex. mapeamento participativo, inventário florestal) somente após o consentimento ter sido concedido. • Utilizar os princípios do CLPI durante o mapeamento participativo e consultas a partes interessadas. • Fornecer informações para consultas e discussões com as comunidades de forma clara e fácil de entender. • Apresentar para consulta as áreas preliminares de gestão de AVC-HCSA e suas recomendações propostas de manejo e monitoramento. • Consultar as comunidades e representantes das ONGs sociais para colher opiniões sobre a qualidade do processo de CLPI da Organização.

⁷ As atividades na tabela não são exaustivas, mas apenas visam fornecer exemplos de como os papéis da Organização e da equipe de avaliação podem diferir em relação ao CLPI

Parte 2: A AVALIAÇÃO DE AVC-HCSA

2.1 INTRODUÇÃO

As tres principais etapas da avaliação de AVC-HCSA são: **pré-avaliação, estudo de âmbito e avaliação completa (Figura 2)**. O manual também aborda brevemente a emissão de relatórios e o controle de qualidade do ALS. Requisitos de relatórios com mais detalhes estão incluídos no Modelo de Relatório de Avaliação de AVC-HCSA. Cada avaliação integrada tem um contexto distinto e várias abordagens práticas serão necessárias – tais como a ordem das atividades, tipos de estudos necessários e número de visitas de campo. A ordem das tres principais etapas da avaliação (pré-avaliação, estudo de âmbito e avaliação completa) deve ser seguida, porém, a ordem e o tempo das diferentes atividades dentro de cada etapa fica a critério da equipe de avaliação.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTEGRADA DE AVC-HCSA

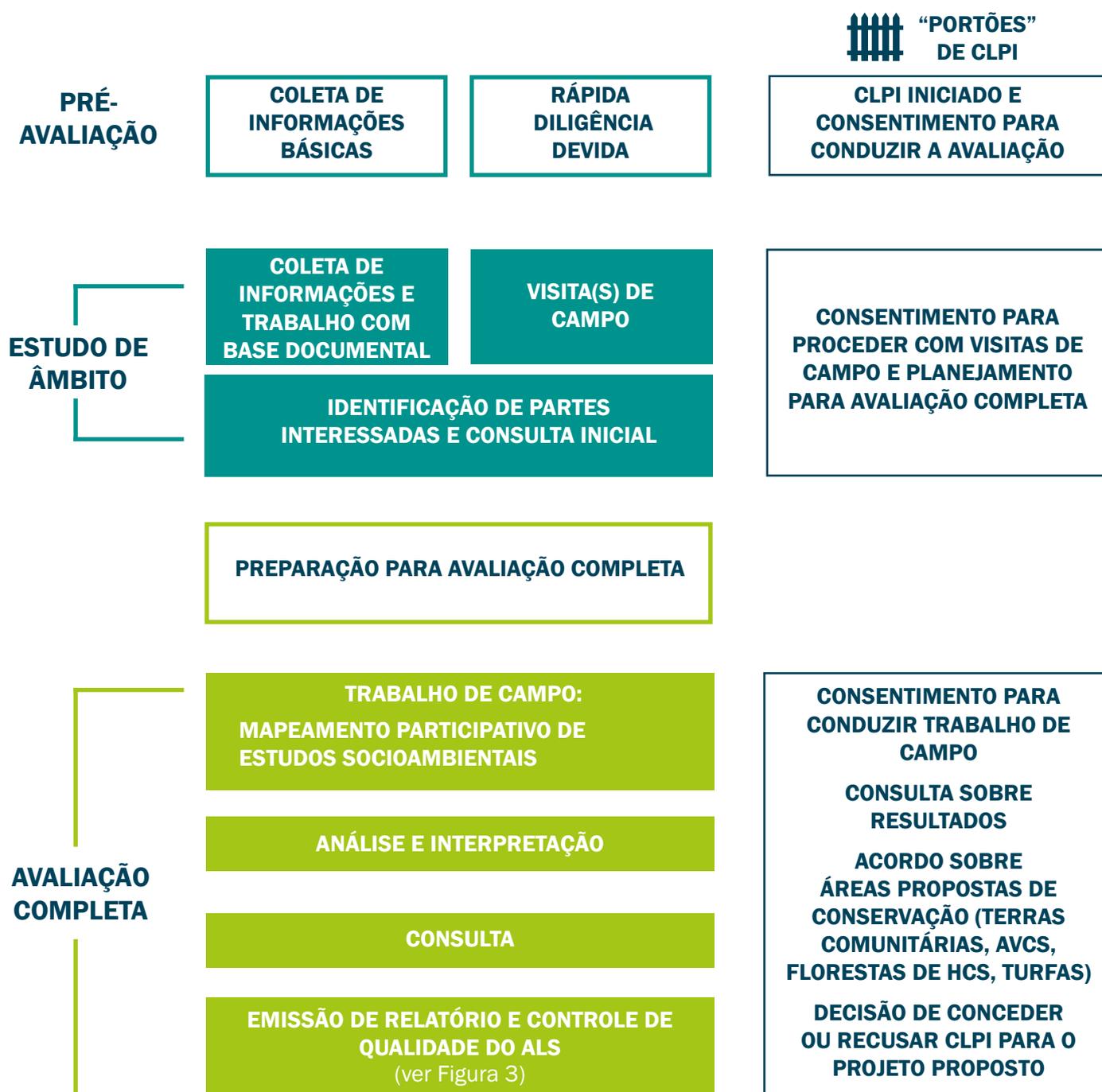


Figura 2 Processo de avaliação integrada de AVC-HCSA com “portões” de CLPI

A Tabela 3 oferece uma visão esquemática de como as diferentes atividades associadas com as abordagens de AVC e HCS e os princípios de CLPI se encaixam com as etapas da avaliação. Esta não pretende ser uma lista completa de atividades, mas serve para lembrar como estas três abordagens ou princípios se integram na avaliação.

Tabela 3 Visão esquemática de como as diferentes atividades associadas com as abordagens de AVC e HCS e os princípios de CLPI se encaixam com as etapas da avaliação.

ASSESSMENT STEPS	HCV APPROACH	HCS APPROACH	CLPI
Etapas da avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Entender onde se encontra o local e a cobertura da terra. Solicitar informações para avaliar pré-condições. 		Solicitar detalhes sobre atividades de CLPI até o momento
Pré-avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisa documental sobre valores potenciais Visita ao local para melhor entender suas características socioambientais 	<ul style="list-style-type: none"> Mapa inicial da cobertura da terra e análise de fragmentos florestais Amostra para verificação em campo das classes de vegetação 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar consentimento para avaliação Verificar que o CLPI foi iniciado
Trabalho de campo (socioambiental)	<ul style="list-style-type: none"> Mapeamento participativo Trabalho de campo para coleta de informações sobre AVCs 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar terras da população local Verificar o estudo de turfeiras Inventário florestal Finalizar mapa da cobertura da terra 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar autorização para conduzir trabalho de campo Consulta sobre os resultados de estudos e mapeamento
Análise e interpretação	<ul style="list-style-type: none"> Identificar AVCs e áreas de gestão de AVC Recomendações 	<ul style="list-style-type: none"> Árvore de decisão para análise de fragmentos florestais Identificar as florestas de HCS Recomendações 	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento comunitário nos resultados da árvore de decisão Consulta sobre resultados
Consulta	<ul style="list-style-type: none"> Consultar sobre AVCs e recomendações de manejo 	<ul style="list-style-type: none"> Consultar sobre recomendações de manejo de HCSA 	<ul style="list-style-type: none"> Consulta sobre resultados Modificar mapas e recomendações conforme necessário
Emissão de relatório e controle de qualidade do ALS			

2.2 PRÉ-AVALIAÇÃO: PRIMEIROS PASSOS ANTES DO INÍCIO DE UMA AVALIAÇÃO DE AVC-HCSA

Antes de iniciar uma avaliação, existem algumas coisas que precisam ser feitas, tanto do lado prático (Qual o local? Qual o status da exploração, CLPI, projeto, etc.), como do lado administrativo (p. ex. assinatura de um contrato).



2.2.1 Coleta de informações básicas

Quando um avaliador⁸ é contactado por uma Organização interessada em comissionar uma avaliação, o avaliador deve compilar as seguintes informações básicas:

1. Detalhes sobre a Área de Interesse (AOI) incluindo no mínimo: um arquivo espacial preciso dos limites (coordenadas geográficas e área). Embora a AOI possa ser refinada mais tarde, ele deve incluir a concessão e a paisagem mais ampla adjacente à concessão.
2. Mapas atuais de cobertura/uso da terra (p. ex. Landsat 8, Sentinel 2). São necessárias imagens recentes (i.e., com menos de 12 meses).
3. O tipo de projeto (atual ou futuro), p. ex. se for para óleo de palma, plantação florestal, envolvimento de pequenos produtores, etc.
4. Motivo para avaliação de AVC-HCSA (p. ex. política da Organização).
5. Status de posse da terra (informação inicial sobre quem tem o controle/posse/uso da terra).
6. Resumo dos processos de CLPI já ocorridos (p. ex. como foi obtido o consentimento das comunidades para proceder com a avaliação), incluindo as principais partes interessadas envolvidas (comunidades, outros).
7. Informação sobre comunidades dentro ou adjacentes à AOI, se disponível.

2.2.2 Conduzir rápida diligência devida

Durante o estudo documental inicial, o avaliador deve conduzir uma investigação rápida de diligência devida para ter uma noção de: quais compromissos a Organização assumiu para sustentabilidade, que atividades estão acontecendo no campo, que direitos a Organização tem para explorar ou desenvolver a área, e até onde a Organização progrediu com o processo de CLPI. Estas compõem quatro pré-condições demonstradas na tabela 4 abaixo.

A Tabela 4 oferece exemplos de evidências que o avaliador pode utilizar para determinar se as pré-condições foram cumpridas, porém os exemplos dados não são obrigatórios e as evidências reunidas podem variar. Este é um exercício documental, onde o avaliador deve solicitar evidência da Organização para determinar se as pré-condições foram cumpridas. **Uma vez no campo, os avaliadores devem usar triangulação⁹ para investigar se estas pré-condições foram cumpridas de fato.**

⁸ Ao longo do manual os termos avaliador e equipe de avaliação serão usados sem distinção. O avaliador principal é diretamente responsável pela qualidade do relatório final, mas diferentes membros da equipe de avaliação terão diferentes papéis e responsabilidades ao longo da avaliação de acordo com suas especializações.

⁹ Por exemplo, através de entrevistas com especialistas e com a população local, e através de visitas de campo ao local da avaliação

Tabela 4 Exemplos de evidências que o avaliador pode reunir para conduzir exercícios de diligência devida.

PRÉ-CONDIÇÕES A SEREM CUMPRIDAS PELA ORGANIZAÇÃO	EXEMPLOS DE EVIDÊNCIAS REUNIDAS PELO AVALIADOR
<p>1. Compromisso¹⁰ com salvaguardas socioambientais</p>	<ul style="list-style-type: none"> Políticas da Organização e/ou uma declaração comprometendo as operações da Organização aos valores centrais enraizados nos processos de AVC, HCSA e CLPI: p. ex. conservação de habitat e biodiversidade, desmatamento zero, proteção de turfas, respeito aos direitos e posse da comunidade, promoção de modos de vida sustentáveis A Organização sendo membro da HCSA demonstraria um nível de compromisso com salvaguardas socioambientais (porém, filiação à HCSA não é compulsória)
<p>2. Moratória sobre qualquer desmatamento ou preparo do solo até que o Plano Integrado de Conservação e Uso da Terra (ICLUP) proposto tenha sido finalizado¹¹</p>	<ul style="list-style-type: none"> Declaração pela Organização (p. ex. e-mail, políticas no site) Mapas recentes de cobertura da terra ou análise de mudança de uso da terra (demonstrando não ter havido desmatamento) Mapas históricos (dinâmica de uso da terra), ou uma rápida análise histórica no Google Earth
<p>3. Direito legal ou permissão para exploração comprovados da Área de Interesse</p>	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação de posse da terra (ver mais detalhes abaixo) Título, contrato de locação, autorização de planejamento, acordo de concessão, autorização de exploração, permissão dos atuais proprietários da terra, etc. Acordo ou memorando de entendimento (MDE) dos proprietários da terra que permitam a condução de avaliações informativas sobre o potencial de desenvolvimento nas suas terras
<p>4. Processos de CLPI foram iniciados com divulgação completa do projeto proposto para todas as comunidades e partes interessadas potencialmente afetadas, e o processo de negociação e consentimento futuros tendo sido acordados, com representantes escolhidos através de um processo justo</p>	<ul style="list-style-type: none"> Cronograma do processo de CLPI iniciado pela Organização <p>Documentação potencial pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> Explicação do projeto para as comunidades afetadas e outras partes interessadas (p. ex. atas de reuniões) Como as comunidades e outras partes interessadas irão se representar e como irão se envolver nos processos de avaliação Quem desejam envolver como consultores ou assessores legais (se relevante) Como serão compartilhadas informações sobre o projeto O procedimento através do qual será solicitado consentimento geral para o projeto e plano de conservação propostos Consentimento das comunidades afetadas para proceder com a avaliação de AVC-HCSA MDE assinado entre Organização e comunidades

10 Aqui o avaliador apenas procura evidência de um compromisso, não de conformidade.

11 A HCSA está desenvolvendo procedimentos de orientação e garantia de qualidade para finalizar o ICLUP proposto. Antes que o ICLUP seja finalizado, o preparo da terra pode ocorrer apenas em áreas onde o CLPI tenha sido concedido e onde o uso da terra não esteja contestado ou em conflito.

12 Organizações podem utilizar avaliações de AVC-HCSA como modo de ver se um projeto é financeiramente viável.

Ao final desta etapa preparatória, onde o avaliador adquire algumas informações básicas sobre o local da avaliação e conduz um exercício rápido de diligência devida, ele/a determina se deve proceder com um contrato para estudo de âmbito. **Se qualquer uma das pré-condições acima não tiver sido cumprida (ao menos informações preliminares satisfatórias), o avaliador não deve proceder com a avaliação de AVC-HCSA.** Ao invés disso, se apropriado, ele/a deve primeiro discutir com a Organização um processo pelo qual as pré-condições possam ser cumpridas antes da assinatura do contrato para a avaliação de AVC-HCSA.



2.2.3 Prosseguindo com a avaliação de AVC-HCSA

O avaliador licenciado deve assegurar-se que a Organização comissionando a avaliação tem um entendimento claro do seguinte:

- Dos processos e atividades envolvidos numa avaliação de AVC -HCSA.
- Do propósito, requisitos e ferramentas do ALS, incluindo os custos do controle de qualidade dos relatórios de avaliação, tempo requerido, resultados potenciais e uso da plataforma web do ALS para monitorar o status dos relatórios.
- As recomendações de manejo e monitoramento serão feitas com base na avaliação, e deverão ser mais desenvolvidas, refinadas, e implementadas pela Organização fora do escopo da avaliação de AVC-HCSA

O contrato entre o avaliador e a Organização deve indicar claramente os papéis e responsabilidades de ambas as partes. É recomendado que os avaliadores usem um contrato para o estudo de âmbito e outro contrato para a avaliação completa. Se isto não for possível, o contrato deve conter uma cláusula que permita ao avaliador sair do contrato depois do estudo de âmbito se os resultados mostrarem que uma avaliação completa não é apropriada (p. ex. CLPI não iniciado devidamente, consentimento não concedido para avaliação completa, etc.).

Documentos de referência

- Módulo 5 do Kit de Ferramentas da HCSA
- Guia Geral para Identificação de AVC (Parte 3)

2.3 ESTUDO DE ÂMBITO

Atividades de estudo de âmbito incluem coleta de informações com base em documentos, análise preliminar da cobertura da terra, visitas de campo e identificação e consulta das partes interessadas. Deve também ser utilizado como uma ferramenta para determinar se a avaliação completa irá proceder, e caso sim, para preparar a equipe para a avaliação completa. **Um estudo de âmbito é obrigatório para todas as avaliações de AVC-HCSA** porque: a cobertura da terra inicial deve ter verificação em campo antes da avaliação completa, e é necessário verificar se a informação coletada durante a pré-avaliação coincide com a realidade no campo. Um estudo de âmbito não é necessariamente uma visita de campo isolada; múltiplas visitas podem ser necessárias para possibilitar a coleta de informações preliminares necessárias para o preparo da avaliação completa. O trabalho de campo para estudo de âmbito é conduzido por uma equipe pequena de especialistas (geralmente pelo menos 2 especialistas). Pode incluir o avaliador principal, mas isso não é necessário se existe outro membro de equipe com conhecimento e experiência relevantes para liderar o trabalho de campo de delimitação de âmbito. Deve haver também na equipe de



campo para delimitação de âmbito alguém que conheça o mapa da cobertura da terra e que saiba como fazer sua verificação em campo. A equipe para delimitação de âmbito deve, sempre que possível, ser acompanhada de pessoas com conhecimento local (p. ex. competência linguística, facilitação comunitária, conhecimento do terreno local). Considerações logísticas tais como o tamanho e acessibilidade do local (p. ex., o estado das estradas) irão influenciar o planejamento do estudo de âmbito, e a Organização comissionando a avaliação geralmente irá ajudar com a logística.

2.3.1 Definindo o escopo da avaliação

A AOI a ser mapeada por satélites deve incluir a concessão e a paisagem mais ampla adjacente à concessão. Os limites da AOI devem ser alinhados aos limites administrativos ou naturais, por exemplo bacias hidrográficas ou outras unidades paisagísticas. A justificativa para determinação dos limites deve ser fornecida.

A paisagem mais ampla deve ser determinada por (a) identificação de bacia hidrográfica ou da unidade de terra geográfica contendo um conjunto interativo de ecossistemas; (b) seleção de um tamanho de unidade que contenha a concessão de plantação e uma zona tampão circundante (p. ex. 50.000 ou 100.000 ha); ou (c) utilização de um raio de 5 km a partir da concessão. A justificativa para determinação dos limites deve ser fornecida.

2.3.2 Coleta de informações

Existem três principais tipos de informações necessários para uma avaliação: dados ambientais, sociais e geoespaciais. O primeiro passo é agrupar todas as fontes de informação relevantes à AOI e paisagem mais ampla. Isto inclui dados de estudos publicados ou não, relatórios de pesquisa e outras fontes pertinentes. Todos os dados ou recursos devem ser recentes, objetivos e detalhados. **A coleta de dados primários pela equipe de avaliação formará a base para identificação de AVC e classificação de florestas de HCS. Porém, também é permitido se utilizar alguns dados secundários (p. ex. relatório recente de AISA), contanto que o uso de dados secundários seja bem justificado e documentado.**

O avaliador envia uma solicitação de dados para a Organização, com o objetivo de acessar quaisquer conjunto de dados que considere útil para realizar a avaliação (p. ex. dados com base em vetores (i.e., hidrologia, transporte, topografia)). As Organizações também podem compartilhar seus planos de desenvolvimento econômico, assim como mapas de base de propriedades, áreas propostas de concessão e a paisagem mais ampla. Além de informações provenientes da Organização, a equipe de avaliação pode obter informações de fontes listadas na Tabela 5. Consulte o Guia Geral para Identificação de AVC (Parte 3) para recomendações adicionais sobre fontes de informações.

Especialistas socioambientais no país são recursos valiosos, e podem ser consultados neste estágio e novamente durante a etapa de análise. A equipe de avaliação deve revisar e sintetizar os dados disponíveis para entender o contexto socioambiental tanto da área de concessão quanto da paisagem mais ampla. Uma análise de lacunas é conduzida então para identificação dos dados necessários restantes

Tabela 5 Exemplos de fontes diferentes de informação e dados a serem usados durante uma avaliação de AVC-HCSA.

DADOS AMBIENTAIS	DADOS SOCIAIS	DADOS GEOESPACIAIS
<p>Estudos e documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Estudos biológicos Mapas e Lista Vermelha da UICN Lista da CITES Mapa de Áreas-Chave de Biodiversidade Lista Nacional de espécies protegidas Mapa de áreas protegidas Análise de planos, políticas e regulamentações ambientais relevantes <p>Informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Topografia e encostas Cobertura vegetal Solo (especialmente turfa) Hidrologia (incluindo drenagem¹³) Histórico de perturbação florestal 	<p>Estudos e documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Estudo de base social AIS Avaliação de posse de terra Estudos Socioeconomicos Planos oficiais relevantes sociais e de desenvolvimento <p>Informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> Localização de aldeias Mapeamento de partes interessadas Demografia Etnografia Dados de posse Cadastro rural Contexto linguístico Contexto cultural Estudos etno-botânicos Status socioeconômico e necessidades de desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> Modelo Digitalizado de Elevação Planos de desenvolvimento da Organização Imagens de satélite (p. ex. Landsat/Sentinel) Dados do LiDAR (se disponíveis) Mapas de cobertura da terra inicial Limites administrativos Limites de outras concessões Limites de áreas protegidas Mapas de moratória (se relevantes) Mapas de áreas florestais e de estado Mapas de sistema de terras Mapas de planejamento espacial Regiões fisiográficas Mapas de áreas de conservação

¹³ Produzir um mapa detalhado da drenagem na fase de pré-avaliação é muito útil. Alguns assentamentos humanos podem ser indiretamente afetados pelo novo projeto, com impacto na qualidade da água. O mapa de drenagem ajuda a identificar os povoados que podem ser afetados.

2.3.3 Mapa preliminar de cobertura da terra e análise de fragmentos florestais

Documentos de Referência

- Módulos 4 e 5 do Kit de Ferramentas da HCSA

Um mapa preciso da cobertura da terra é fundamental numa avaliação de AVC-HCSA. O especialista em GIS/sensoriamento remoto deve preparar uma classificação da vegetação inicial baseado em análise de sensoriamento remoto, de acordo com os requisitos do Módulo 4 do Kit de Ferramentas da HCSA. A partir desta classificação da vegetação inicial, produz-se um mapa inicial da cobertura da terra. Um mapa preliminar da cobertura da terra deve ser feito antecipadamente para facilitar o planejamento eficiente das parcelas de calibração da biomassa acima do solo (BAS) do LiDAR, parcelas de inventário florestal ou transectos do LiDAR (dependendo da opção de dados selecionada), e para melhorar a distribuição de amostras por todo o intervalo esperado das classes de estoque de carbono (ver o Módulo 4 do Kit de Ferramentas da HCSA). Uma avaliação preliminar da precisão do mapa de cobertura da terra do LiDAR pode ser feito com o uso de imagens de satélite. A verificação em campo é conduzida como parte da delimitação de âmbito mas as parcelas de calibração da BAS/LiDAR são feitas durante a avaliação completa. A partir da classificação da vegetação inicial, uma análise preliminar do primeiro corte dos fragmentos florestais pode ser conduzida (conforme o Módulo 5 da HCSA) para informar o planejamento da visita de campo durante a visita de delimitação de âmbito.

É recomendável que se faça uma classificação da cobertura da terra separada, mais diferenciada, para os fins do AVC (p. ex. diferenciando terra seca de turfas ou florestas pantanosas, de matas ciliares, etc.). São realizadas, a seguir, análises preliminares de fragmentos florestais, para formar conjuntos ou agrupamentos onde diferentes classes de florestas ou não-florestas são localizadas, para tornar a avaliação de campo mais fácil¹⁴.

2.3.4 Visita(s) de campo

Nota: É imperativo que funcionários da Organização tenham visitado as comunidades antes da chegada do avaliador, para discutir através de um diálogo bi-direcional o projeto proposto, o processo acordado mutuamente para obtenção de consentimento para o projeto, e as fases de desenvolvimento do projeto incluindo as visitas futuras dos avaliadores.



As visitas de campo são importantes para entender o terreno e a cobertura da terra na AOI. Isto ajuda o(s) avaliador(es) a planejar a avaliação completa. O avaliador ganha conhecimento detalhado do meio ambiente local, permitindo que a equipe possa determinar: o conhecimento especializado necessário para estudos de campo¹⁵, a localização das parcelas de amostragem, o acesso às parcelas de amostragem, os protocolos para testes de inventário florestal, a localização das comunidades, o acesso às comunidades e o status dos processos de CLPI.

¹⁴ Após os estudos de campo serem conduzidos na avaliação completa e se de a finalização da cobertura da terra, o analista de GIS irá realizar a análise completa dos fragmentos florestais.

¹⁵ Isto é particularmente importante em relação à competência na área social (p. ex. pessoas que falem o idioma local, estejam familiarizadas com o contexto social e tenham a confiança da população local).

2.3.4.1 Identificação e consulta das partes interessadas

A consulta durante o estudo de âmbito tem o objetivo de coletar informações sobre a situação socioambiental na área da avaliação e identificar as preocupações e recomendações relacionadas à avaliação e ao projeto (i.e., produção de commodities).

Este é o momento para condução de consultas iniciais tais como com:

- A população local (ver detalhes abaixo)
- Os especialistas socioambientais que podem se juntar à equipe de avaliação completa ou que possuem dados ou informações e/ou preocupações a serem compartilhados
- As partes interessadas, de forma mais geral, para entender as preocupações iniciais sobre o projeto

QUADRO 2: GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS

O perito social (ou peritos) na equipe de avaliação identifica as diferentes partes interessadas a serem consultadas e com quem irão trabalhar durante a avaliação. Por exemplo, é importante se reunir e discutir o projeto proposto e a avaliação com:

- Comunidades afetadas (considere subgrupos, p. ex., homens, mulheres, jovens, idosos, minorias)
- Governo local e federal
- Sociedade civil e ONGs
- Coordenadores de projetos de desenvolvimento
- Outros atores do setor privado com interesses na área



2.3.4.2 Visitando uma amostra de comunidades

A visita a comunidades irá permitir que a equipe de avaliação possa verificar o status do CLPI e se preparar para o trabalho de campo (p. ex. estudos sociais para identificar AVCs 5 e 6). Os avaliadores devem estar bem preparados para reuniões com as comunidades locais, por exemplo, pode ser necessário ter intérpretes independentes. Decidir que comunidades (p. ex. aldeias) visitar durante o estudo de âmbito pode depender de diversos fatores, incluindo:

- Visitar assentamentos humanos cujas terras ou áreas de uso costumário serão impactadas pelo projeto (i.e., comunidades arrendando parte, ou todas as suas terras para a Organização).
- Visitar assentamentos humanos listados como já engajados no processo de CLIP (conforme informação fornecida pela Organização durante a etapa de diligência devida).
- Visitar assentamentos humanos próximos, ou se justapondo a locais de verificação em campo da vegetação planejada.¹⁶

Explicação das atividades e objetivos da avaliação de AVC-HCSA

Os avaliadores devem explicar o propósito e as atividades propostas da avaliação e conversar com as comunidades sobre as florestas e recursos de forma apropriada. Ao invés de bombardear as pessoas com termos técnicos e fluxogramas, é importante que eles tenham um forte entendimento conceitual das abordagens de AVC e HCS e das atividades envolvidas na avaliação e as implicações para o uso futuro da terra e dos recursos naturais, incluindo seu papel na gestão e monitoramento. Os avaliadores devem explicar claramente o processo proposto de avaliação, incluindo as várias visitas de campo por especialistas, as etapas de consulta, e o consentimento (ou não) final das comunidades locais.

Verificação do status de CLPI e estudos sociais

A equipe de avaliação deve verificar se as comunidades foram informadas sobre projeto proposto pela Organização, se entenderam a localização, escala e objetivos do projeto e conservação propostos e se deram seu consentimento para a avaliação de AVC-HCSA. Uma documentação detalhada deve ser mantida de todas as consultas. (Ver Anexo 4 para documentação exigida). Esta verificação pode ser feita reunindo-se com uma amostra de comunidades para verificar se o engajamento inicial e divulgação de informação alinhados com os requisitos dos princípios de CLPI foram conduzidos. Verificando, por exemplo, se:

- a comunidade nomeou seus próprios representantes?
- existe alguma referência específica sobre os proprietários costumários terem sido informados de que podem dizer não para o projeto ou para os planos de conservação?

Antes que Organizações possam começar a adquirir terras, precisam entender quem já tem os direitos para quais terras como proprietários e usuários, incluindo aqueles com direitos estatutários, com direitos costumários e com direitos informais. **Verifique se uma avaliação de posse de terra foi conduzida.** A avaliação de posse de terra precisa esclarecer quais instituições têm autoridade sobre as terras, e quem

¹⁶ Se existem áreas que a equipe de avaliação acha interessantes em relação a cobertura da terra e classes florestais, ela pode planejar se reunir com as comunidades próximas a estas áreas e solicitar consentimento para visitar estas áreas.

Documentos de Referência

- Módulo 2 do Kit de Ferramentas da HCS

controla como as terras são adquiridas, herdadas ou transferidas. **Se a avaliação de posse de terra não tiver sido conduzida, a avaliação não pode prosseguir.**

QUADRO 3 MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Durante a elaboração do Kit de Ferramentas da HCSA e deste manual de AVC-HCSA, muito se falou sobre o mapeamento participativo. O que isso envolve? Quem deve conduzi-lo? Quando deve ser feito? O mapeamento participativo é uma ferramenta para identificação e mapeamento da posse, direitos e uso da terra e dos recursos naturais. É um método baseado em conhecimento local e estabelece a população local como o grupo-chave de partes interessadas no mapeamento. O mapeamento participativo pode ser feito em diferentes níveis, desde um mapa genérico mostrando as áreas de uso geral da população local, até um mapa mais detalhado mostrando a posição de locais sagrados, campos de caça e nascentes naturais usadas para água potável. Isto pode envolver métodos e prazos diferentes.

Além do Módulo 2 do Kit de Ferramentas da HCSA, um guia de implementação para os requisitos sociais da HCSA está sendo desenvolvido, que ajudará a explicar melhor como e quando o mapeamento participativo deve acontecer como parte do HCSA. Mas, para os fins deste manual, e para permitir que os avaliadores tenham uma melhor idéia do que é exigido, considere o seguinte:

- **A Organização deve se engajar em mapeamento participativo desde um estágio bem inicial para determinar como as áreas usadas pela população local (uso costumário e/ou título jurídico formal) se sobrepõem com a concessão onde a produção de commodities está planejada ou proposta pela Organização¹⁷.**
- **Durante o estudo de âmbito, o avaliador deve certificar-se que uma rodada inicial de mapeamento participativo tenha sido conduzida (p. ex. verificar se há evidência de mapeamento e se a população local foi envolvida e validou os mapas), e que a população local tenha consentido em avaliações/mapeamento futuro como parte de um projeto potencial de desenvolvimento futuro, que ela tem o direito de aceitar ou recusar. Se sim, então a avaliação de AVC-HCSA pode prosseguir. Se não, não é apropriado que uma avaliação seja conduzida, e o onus de completar uma avaliação de posse usando mapeamento participativo volta para a Organização**

Se a avaliação prosseguir::

- O avaliador pode então aproveitar os mapas participativos para começar a identificar valores e locais mais específicos (p. ex. AVCS).
- A população local pode optar por excluir certas áreas da avaliação e do mapeamento detalhado.

¹⁷ Se o mapeamento participativo já foi conduzido pela Organização, este pode ser usado, mas deve ser validado de alguma forma pela equipe de avaliação para certificar-se que foi bem feito (p. ex. conversar com as comunidades que participaram, verificar uma amostra dos mapas, etc.).



2.3.4.3 Verificação em campo inicial do mapa da cobertura da terra

A visita de campo é uma oportunidade de realizar uma verificação em campo inicial do mapa elaborado da cobertura da terra, assim como a calibração do LiDAR ou outros dados/imagens. O perito em GIS/sensoriamento remoto que preparou os mapas de cobertura da terra e estratificação das florestas deve apoiar a equipe de verificação em campo e executar as correções necessárias nos mapas.

Nota: Mesmo que a Organização tenha obtido consentimento para que a avaliação se realize, é importante obter consentimento das comunidades locais antes de entrar em suas fazendas ou terras florestadas (comunitárias) para conduzir a verificação em campo e estudos da vegetação. Mesmo para avaliações conduzidas em propriedade privada, é boa prática se engajar com a população local que use a terra ou recursos naturais na AOI. É boa prática ter pessoas locais acompanhando as equipes de campo sempre que possível. Isto se aplica para visitas de campo ou de comunidades durante todas as etapas da avaliação.

Durante a verificação em campo, é útil trazer cópias impressas dos mapas de base, assim como de mapas da cobertura da terra. O equipamento num instrumentário padrão de levantamento inclui GPS, bússola, altímetro, inclinômetro e camera digital. A tarefa principal a ser realizada durante a verificação em campo é conduzir uma avaliação visual para determinar a precisão dos limites dos estratos que foram determinadas através da análise GIS das imagens de satélite. Os pontos de verificação geralmente estão localizados nos limites de dois estratos ou onde a cobertura da terra não pode ser determinada pelos dados de sensoriamento remoto (p. ex. devido à ausência de dados de satélite). A cada ponto de verificação a localização (coordenadas) deve ser registrada utilizando GPS e fotografias tiradas em cinco direções, ou seja, norte, sul, leste, oeste e para o céu. Outras tarefas que podem ser realizadas durante a verificação em campo incluem a avaliação visual de tipo de solo com atenção dada a presença de solos de turfa¹⁸. As informações obtidas na verificação em campo devem ser registradas numa planilha padrão. Quaisquer erros no mapa de cobertura da terra identificados durante o estudo de âmbito serão corrigidos pelo perito em GIS/sensoriamento remoto. Depois que estas atualizações forem feitas, a análise preliminar de fragmentos também pode ser aprimorada. A equipe de avaliação pode, então, identificar as localizações potenciais de parcelas de biomassa e a estratégia de amostragem para a avaliação completa (Ver Módulo 4 do Kit de Ferramentas da HCSA). É possível também marcar algumas parcelas iniciais de campo, onde o consentimento for dado e o tempo permitir, para registrar os dados ecológicos e de biomassa (conforme os requisitos do Módulo 4 da HCSA).

Documento de Referência

- Módulo 4 do Kit de Ferramentas da HCSA

2.3.4.4 Identificação das características biofísicas e ecológicas

- Conduzir reconhecimento a pé da área de avaliação para caracterizar as principais classes de vegetação e tipos de terreno, para preparar os métodos para inventários biológicos.
- Visitar quaisquer ecossistemas não-florestais que precisarão ser incluídos na avaliação de AVC (p. ex. savanas, rios, pântanos).
- Entender/mapear pontos de acesso para a área de avaliação (estradas, rios) para ajudar no planejamento da avaliação completa.

¹⁸ Registrar cobertura/uso da terra, assim como o status de drenagem. Para turfeiras florestadas que tiverem sido drenadas, elas precisarão ser irrigadas e protegidas.

2.3.5 Resultado do estudo de âmbito

O resultado do estudo de âmbito é algum tipo de relatório de determinação de escopo. Pode ser um relatório escrito ou uma apresentação compartilhada entre a Organização e outras partes interessadas. O relatório de escopo é útil para comunicação com a Organização e para o planejamento da avaliação completa. O relatório de escopo pode ser breve, mas deve incluir informação sobre o seguinte:

- Resumo geral das conclusões do estudo de âmbito e lacunas de informação que vão exigir atenções e esforços durante a avaliação principal.
- Recomendações (se houver) do que a Organização deve finalizar antes da avaliação completa, tal como o mapeamento participativo de áreas de uso comunitário a serem excluídas do projeto.
- Cronograma e atividades do estudo de âmbito
- Resumo dos locais visitados (p. ex. aldeias, classes de vegetação, passeios exploratórios através da área, outros locais de interesse, principais características ecológicas e biofísicas)
- Consultas
- Verificação de diligência devida
- Fotografias da verificação em campo e observações do mapa de cobertura da terra
- Propostas para estudos de campo, incluindo metodologia

O relatório de escopo não é enviado para o controle de qualidade do ALS. Porém, **o modelo do relatório de avaliação possui uma seção sobre o estudo de âmbito que deve ser preenchida e esta seção é importante para fins de controle de qualidade.**



PORTÃO DE CLPI PARA COMUNIDADES

O consentimento da comunidade é necessário nesta etapa do estudo de âmbito, incluindo acordo sobre:

- Como as comunidades irão se representar no desenvolvimento do projeto, incluindo no processo de avaliação.
- Permissão a equipes de campo de realizar mapeamento participativo e estudos de campo (p. ex. estudos de AVC e parcelas de medição de florestas de HCS).
- Como as comunidades serão envolvidas nestes processos.
- Quem elas querem nomear como consultores ou assessores legais.
- Como serão compartilhadas as informações do projeto (incluindo de estudos de AVC e HCSA).
- O procedimento pelo qual será buscado um consentimento geral para o projeto e o plano de conservação propostos

Pode ser que algumas comunidades consentam em participar na avaliação de AVC-HCSA, e que outras possam recusar seu consentimento.



Organização

Os resultados do estudo de âmbito irão fornecer à Organização informações sobre se é provável que AVCs e florestas de HCS estejam presentes. A partir daí, a Organização pode avaliar a viabilidade econômica do projeto em potencial e decidir se continua com a avaliação completa ou se abandona o empreendimento. Por exemplo, a área de concessão pode ter muitos AVCs ou florestas de HCS que precisem de proteção, tornando economicamente inviável prosseguir com o projeto.

Avaliador

Após o estudo de âmbito, o avaliador pode analisar se a avaliação deve prosseguir. Por exemplo, se o avaliador acredita que as pré-condições do exercício de diligência devida ainda não foram cumpridas, ele/a não deve ir em frente com o processo de avaliação.



2.4 PPREPARAÇÃO PARA AVALIAÇÃO COMPLETA

Uma vez que o estudo de âmbito esteja concluído, e a decisão de proceder tenha sido tomada, a equipe deve então se preparar para a avaliação completa. Esta seção destaca algumas das principais tarefas a serem cumpridas antes da avaliação, mas os avaliadores são encorajados a usar a **Lista de Planejamento de Avaliação de AVC-HCSA** (ver Anexo 2) e considerar todos os tópicos relevantes.

2.4.1 Registrar-se com o ALS

Uma vez que o avaliador saiba que a avaliação completa irá proceder, ele/a deve registrar a avaliação com o ALS da HCVRN. Isto permitirá ao ALS planejar e se preparar para receber o relatório de avaliação, e analisá-lo em tempo hábil. O avaliador deve entrar na sua conta no site do ALS para registrar a avaliação.

2.4.2 Equipe de avaliação

Este é o momento de finalizar a equipe de avaliação e se certificar que todas as pessoas-chave estão disponíveis. A composição da equipe de avaliação, incluindo suas qualificações, é crucial para o sucesso do processo de avaliação. Veja os termos de referência para equipes de avaliação de AVC-HCSA (Anexo1) para orientação sobre a composição da equipe. O modelo do relatório de avaliação tem uma seção para informações sobre membros da equipe de avaliação, incluindo: Nome, qualificações relevantes (p. ex. especificar se possui licença do ALS), instituição atual (se relevante), papel (p. ex. coordenador de equipe, perito social, especialista em levantamento de campo) e especialização (p. ex. sensoriamento remoto, mapeamento participativo, taxonomia vegetal, hidrologia, etc.). O relatório deve incluir um breve perfil da especialização de cada membro da equipe (ver modelo do relatório).

2.4.3 Preparar metodologia

O avaliador principal deve coordenar a preparação de métodos para coleta e análise de dados relevantes para identificação de AVCs e florestas de HCS. **A escolha e uso dos métodos é importante para o controle de qualidade do ALS.** O relatório de avaliação será analisado com base em:

The choice and use of methods is important for ALS quality control.
The assessment report will be evaluated based on:

- **Descrição de métodos (com metodologia completa fornecida como anexos)**
- **Justificativa para escolha da metodologia (referindo-se a pontos fortes ou limitações dos métodos, adequação ao contexto)**

O avaliador deve escolher a metodologia e estratégias de amostragem, levando em consideração o seguinte:

- Características do local
- Uso eficiente de tempo e outros recursos: um dos objetivos da integração de avaliações de AVC e HCSA é simplificar a coleta e análise de dados. Portanto, estudos de campo devem ser organizados, sempre que possível, para maximizar tempo e recursos. A coleta eficiente de dados de campo também é reconhecida por comunidades locais e outras partes interessadas, que podem evitar múltiplas consultas e visitas, geralmente repetitivas. As avaliações



de AVC-HCSA também podem ser coordenadas com as exigências nacionais tais como Avaliações de Impacto Socioambientais (AISAs).

- Mais que uma visita de campo durante a avaliação completa pode ser necessária e benéfica, como quando consentimento é necessário para acesso ao local (p. ex. proprietários das terras não estão presentes, limites não estão totalmente claros, conflito de terras, etc.).

O delineamento e métodos de amostragem devem ser preparados antes do início do trabalho de campo, e membros da equipe qualificados ou especialistas independentes devem conduzir os trabalhos. Geralmente, a escolha dos métodos fica a critério do avaliador, com as seguintes exceções:

- 1. Estratificação florestal e avaliação de carbono:** Por favor consulte os métodos detalhados no Módulo 4A do Kit de Ferramentas da HCSA. Justifique a escolha do método, Opção 1, 2 ou 3.
- 2. Mapeamento participativo do uso de terras comunitárias e uso de recursos naturais (p. ex. AVC 4, 5 e 6) deve ser baseado em GIS.**

O planejamento de estudos sociais, mapeamento participativo e consultas comunitárias envolve determinar que comunidades precisam ser visitadas e a respectiva logística. Isto incluiria:

- Entender como as comunidades são organizadas e contactar as pessoas apropriadas, que irão por sua vez organizar reuniões e convidar as pessoas relevantes a participarem. Assim fazendo, a equipe de avaliação deve verificar que esta seleção inclui representantes de grupos de minoria, vulneráveis e marginalizados.
- Identificar se existem dias ou horas onde não seria aconselhável organizar reuniões, por ex. dias religiosos ou horas quando todos estão no trabalho.
- Organizar equipes de mapeamento.

Antes da avaliação completa, os seguintes pontos devem ser concluídos ou preparados:

- Consentimento obtido pela Organização para proceder com as atividades da avaliação completa (parcelas de estudo, coleta de dados, mapeamento, reuniões adicionais)
- Pré-avaliação concluída (p. ex. diligência devida)
- Estudo de âmbito concluído
- Métodos e delineamento de pesquisa preparados
- Equipe de avaliação formada e pronta
- Calendário de avaliação comunicado aos membros da equipe, Organização, especialistas relevantes e partes interessadas
- Todos os preparativos de logística necessários (e implicações orçamentais) foram considerados
- Mapa de cobertura da terra, incluindo classificação preliminar da vegetação de HCSA, análise preliminar de fragmentos florestais e outros mapas de base foram preparados e distribuídos entre as partes interessadas relevantes
- Partes interessadas foram identificadas e contactadas conforme necessário e receberam informação relativa à próxima avaliação, às responsabilidades da equipe de avaliação e ao cronograma



2.5 AVALIAÇÃO COMPLETA

Os principais resultados do trabalho de campo são relatórios sociais e ambientais, e mapas que permitirão que a equipe de avaliação prossiga com análises e tire conclusões sobre a presença e localização de terras comunitárias, AVCs, florestas de HCS, turfas e áreas propícias para desenvolvimento. **Durante o trabalho de campo, se ficar evidente para a equipe de avaliação que as comunidades ainda não estão adequadamente informadas sobre o projeto, o avaliador deve informar à Organização e às comunidades e recomendar esforços adicionais de engajamento.**

A equipe de avaliação, possivelmente acompanhada de outros especialistas, viaja até a área de interesse no campo (AOI) para coletar dados primários. Os estudos irão variar dependendo de dados existentes disponíveis e circunstâncias específicas do local. A coleta de dados primários típica divide-se em duas partes: trabalho de campo social e trabalho de campo ambiental

Algumas sugestões a serem consideradas são:

- Coordenar a ordem e o momento dos diferentes estudos de campo, de forma a maximizar o uso do tempo e recursos, enquanto coletando informações de forma robusta e socialmente responsável.
- Para a representação da comunidade local, é boa prática que acompanhem as equipes de coleta de dados biológicos e de biomassa quando estas forem ao campo.
- De preferência, mapeamento e estudos sociais podem ser completados antes da coleta de dados de biodiversidade por uma variedade de motivos lógicos e importantes (p. ex. para que amostragens botânicas não ocorram em locais sagrados). Porém, contanto que o consentimento tenha sido dado para condução de parcelas de inventário florestal, as equipes de campo florestais podem estar conduzindo seus estudos ao mesmo tempo que outras conduzam o mapeamento e estudos sociais.
- O trabalho de campo de AVC-HCSA geralmente é conduzido simultaneamente e em total colaboração com a AISA, como exigido tanto pela legislação nacional como por vários padrões de certificação.

2.5.1 Trabalho de campo social

Delinear os estudos de campo de forma que os resultados possam ajudar a p. ex.:

- Entender a posse e os meios de subsistência de forma que terras para subsistência de comunidades possam ser identificadas e separadas daquelas para desenvolvimento e conservação estrita
- Identificar locais e recursos importantes para uso de recursos naturais – AVC 4 e 5 (p. ex. água, pesca, caça, coleta de produtos florestais não-madeireiros (PFNMs))
- Identificar recursos e locais culturais importantes (p. ex. locais para cerimônias, espécies de totens – AVC 6)
- Identificar como o projeto proposto irá impactar no acesso e uso de recursos da população

Estudos sociais devem ser conduzidos de forma inclusiva e participativa com as comunidades afetadas e outras partes interessadas locais, com devida consideração dada para engajamento responsável e sensível para evitar expectativas elevadas. Dependendo do contexto, informações estariam disponíveis de estudos sociais, tais como um estudo de base social, uma AIS e/ou uma avaliação de posse de terra conduzida na AOI. Se este for o caso, estes estudos são contribuições valiosas para a avaliação de AVC-HCSA e podem ser usados como dados secundários para identificação de terras da população local e AVCs. Porém, a equipe de avaliação deverá usar triangulação para validar os principais resultados destes estudos e verificar a qualidade do mapeamento participativo.



2.5.1.1 Mapeamento participativo

Nota: Ver o Quadro 3 para uma explicação do mapeamento participativo no contexto de avaliações de AVC-HCSA.

Durante a avaliação de AVC-HCSA, o mapeamento participativo é a ferramenta usada para identificação de AVCs 4, 5 e 6, assim como outros usos de terras comunitárias – e para discussão sobre necessidades futuras de terras e recursos (i.e., identificação de áreas para necessidades futuras de subsistência). **O mapeamento participativo deve ser baseado em GIS para que os mapas possam ser sobrepostos com outros resultados da avaliação.** As comunidades identificam as áreas a que têm direitos costumeiros e que lhe são importantes, por razões históricas, para sua subsistência atual e futura, por seus valores culturais ou pela provisão de serviços ecossistêmicos. As comunidades podem utilizar os resultados do mapeamento como base para negociar com empresas sobre o planejamento do uso da terra. O ideal seria que as comunidades tivessem a capacidade de liderar o mapeamento participativo.

O mapeamento participativo é recomendado para todas as terras comunitárias e não apenas para aquelas áreas que se sobrepõem diretamente a áreas potenciais de desenvolvimento (concessão, área de licença, etc.)¹⁹. Isto irá oferecer uma visão mais abrangente do uso e posse de recursos comunitários, e portanto um melhor entendimento do impacto real do projeto sobre toda a comunidade (i.e., quão dependentes as comunidades são da área proposta de desenvolvimento).

Todas as comunidades afetadas²⁰ devem ser incluídas nas atividades de mapeamento participativo. Quando as comunidades não derem consentimento para o mapeamento participativo, suas terras/territórios não podem ser considerados como avaliados e não podem ser indicados para desenvolvimento do projeto. É útil coletar as seguintes informações.

- Localização de aldeias afetadas e suas áreas de uso de recursos (com posse formal ou costumeira) – verifique o estudo de posse de terra
- Localização e limites de terras de posse legal ou costumeira, e identificação de áreas sujeitas a diferentes direitos de uso e posse legal, costumeira ou informal – verifique o estudo de posse de terra

¹⁹ Assumindo que CLPI foi dado para o mapeamento

²⁰ Todas as comunidades numa paisagem produtiva provavelmente serão afetadas de uma forma ou de outra, mas o foco deve ser em comunidades com direitos dentro da área de concessão

- Locais de importância crítica para comunidades locais por serviços ecossistêmicos (AVC 4)
- Locais de importância para subsistência e segurança alimentar (AVC 5) incluindo:
 - Pousios e áreas agropecuárias atuais (ativas)
 - Fontes de água utilizadas para fins domésticos e pesca
 - Territórios de caça
 - Locais de coleta importante de PFNMs
- Locais históricos, culturais ou sagrados (p. ex. túmulos, ruínas de aldeias antigas, locais cerimoniais, bosques sagrados, cachoeiras) (AVC 6)

Os mapas são criados e então apresentados à comunidade para comentários e correções. Os mapas finais são o resultado da colaboração entre a equipe de avaliação e os representantes comunitários. O mapeamento pode identificar terras comunitárias que devem ser excluídas da classificação de florestas de HCS e/ou do desenvolvimento do projeto.

Documentos de Referência

- Módulo 2 do Kit de Ferramentas da HCSA
- Guia Geral para Identificação de AVC: Seções 3.4-3.6
- Orientação Comum para Gestão e Monitoramento de AVC: Seção 3.3

2.5.1.2 Estudos sociais

Além do mapeamento participativo, a equipe de avaliação pode conduzir estudos sociais para melhor entender o uso de recursos locais e estratégias de subsistência. Diversas metodologias de ação e aprendizagem participativas – incluindo grupos de discussão, calendários sazonais e exercícios de classificação – podem ser usadas para garantir que as informações sejam coletadas com total envolvimento da comunidade. A equipe de avaliação deve fazer pleno uso de todos os estudos sociais disponíveis (recentes e de boa qualidade) tais como estudos de base sociais, Avaliação de Impacto Social (AIS) e avaliação de posse de terra (incluindo mapas de posse). Algumas informações destes estudos podem ser validadas durante a avaliação, e onde existirem lacunas na informação necessária para a identificação de AVCs, a equipe de avaliação deve então proceder com a coleta de dados primários.

2.5.2 Trabalho de campo ambiental

Os estudos ambientais conduzidos durante a avaliação serão determinados pela informação conseguida durante o estudo de âmbito.

Delinear os estudos de campo de forma que os resultados possam ajudar a p. ex.:

- Identificar ecossistemas e espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção (AVC 1 e 3)
- Avaliar se Paisagens de Florestas Intactas ou outras paisagens amplas estão presentes (AVC 2)
- Identificar tipos diferentes de ecossistemas
- Identificar florestas de HCS

Documentos de Referência

- Módulo 4 do Kit de Ferramentas da HCSA

2.5.2.1 Inventário de florestas de HCS

Para avaliar a exatidão da classificação final da cobertura da terra, uma pesquisa de campo deve ser conduzida. Na escolha do número de amostras a serem coletadas no campo, deve existir um equilíbrio entre o que é estatisticamente adequado e o que é praticamente alcançável. No Módulo 4 sugere-se a coleta de no mínimo 50 amostras para cada classe de cobertura da terra. Para áreas maiores (mais de cerca de 400.000 ha) sugere-se que um mínimo de 75 amostras sejam coletadas por classe de cobertura da terra. Além disso, a escolha e distribuição das amostras (regime de amostragem) é um component importante de uma avaliação de precisão. Cinco diferentes regimes de amostragem são explicados no Módulo 4 do Kit de Ferramentas da HCSA..

Detalhes sobre que árvores medir são fornecidos na Seção C do Módulo 4 do Kit de Ferramentas. Todas as árvores medidas nas parcelas devem ser identificadas a nível de genero e preferencialmente a nível de espécie. Quando um genero não puder ser identificado, fotografias e amostras botanicas devem ser coletadas e marcadas para que especialistas possam identificá-lo mais tarde. Para identificação de AVC, parcelas de florestas de HCS podem ser planejadas para obter importantes dados de AVC, tais como: p. ex. diversidade, indicadores de qualidade do habitat e informações sobre espécies. **As listas de espécies devem ser organizadas em espécies protegidas nacional e/ou internacionalmente e categorias da IUCN (i.e., Em Perigo, Vulnerável) e espécies endêmicas, assim como espécies que são particularmente úteis para subsistências locais, conforme identificado durante o mapeamento participativo com populações locais.**



2.5.2.2 Esforços para identificação de AVC

Além dos dados de AVC que podem ser coletados durante a amostragem de parcelas de campo da HCSA, esforços para identificação de AVC devem ser concentrados em:

- Áreas com grande potencial de presença de AVC (conforme constatado por estudos documentais e consulta). Outra perspectiva é que enquanto é importante adquirir um conjunto de dados base de áreas de AVC para gestão futura, do ponto de vista prático faz sentido concentrar a amostragem de AVC em áreas florestais sem HCS (áreas que não estariam já protegidas sob a HCSA). Porém, porque a análise final dos fragmentos florestais ocorre no fim da avaliação – deve haver consideração sobre quaisquer mudanças nas classes florestais no mapa e quaisquer implicações para os valores nestes fragmentos florestais. Isto é uma área em que a HCVRN tem interesse em reunir os ensinamentos obtidos – conforme mais avaliações integradas são conduzidas.
- Preocupações específicas levantadas pelas partes interessadas (p. ex. espécies, habitats, valores sociais).

Vegetação em ecossistemas não-florestais

Qualquer ecossistema não-florestal na AOI deve ser identificado e descrito. A equipe de avaliação deve ter pesquisado as características e valores potenciais presentes nestas áreas durante o estudo de âmbito (com ajuda do mapa de cobertura da terra). Também é importante consultar especialistas para entender se estes ecossistemas são de interesse de conservação. **Se o estudo documental ou consulta a especialistas revelar um valor potencial, o trabalho de campo se**

Documentos de Referência

- Guia Geral para Identificação de AVC: Seção 3.1
- Orientação Comum para Gestão e Monitoramento de AVC: Seção 3.3 e Anexo 2

faz então necessário para melhor entender os valores potenciais presentes. Os seguintes fatos podem desencadear a necessidade de condução de trabalho de campo mais detalhado:

- Revisão documental de bases de dados de espécies raras, ameaçadas ou em perigo revela a presença provável de uma espécie herbácea de interesse
- Consulta com especialista (p. ex. botânico tropical) revela a preocupação com a presença de espécie de interesse
- Ecossistema usado por espécie da fauna rara ou importante
- Ecossistema contém espécie importante para subsistência local

Estudos da Fauna

A identificação de espécies animais raras, ameaçadas ou em perigo (AVC 1) ou seus habitats (AVC 1, 2 and 3) pode ser feita através de uma combinação de pesquisa documental, consulta e estudos de campo. A decisão sobre quais estudos de campo realizar deve ser baseada na informação já disponível. Por exemplo, se uma pesquisa recente de pássaros já tiver sido realizada não há necessidade de se repetir o processo, e em vez disso o avaliador pode se concentrar nos grupos taxonomicos que ainda não foram bem documentados, p. ex. fauna aquática. Além disso, espécies de importância para conservação (p. ex. mencionadas durante consulta com biólogos) e espécies que seriam particularmente afetadas pelo projeto proposto exigem mais informações para possibilitar boas recomendações de gestão.

2.5.2.3 Estudos biofísicos

É importante que as principais características biofísicas da área de avaliação sejam descritas, incluindo solo, geologia e hidrologia. A Organização geralmente tem dados do solo, e pode também ter outros conjuntos de dados relevantes. Esta seção pode ser breve no relatório, mas o principal valor deste tipo de dado é que permite ao avaliador entender os padrões de enchentes sazonais, riscos de erosão, e a presença de tipos de ecossistemas ou espécies que podem estar ligados a tipos de solo específicos ou regimes de enchentes.

2.5.2.4 Verificação do estudo de turfas

Segundo a abordagem de HCS, solos de turfa (de qualquer profundidade) não podem ser desenvolvidos. Portanto, eles devem ser identificados para que possam ser conservados, e isso significa que um estudo de mapeamento de turfas²¹ deve ser conduzido por técnicos de solo qualificados. Isto não é necessariamente o papel do avaliador de AVC, e a Organização provavelmente irá comissionar um estudo separado. Porém, a equipe de avaliação deve ter especialistas capazes de interpretar os resultados do levantamento do solo, e podem fazer algumas verificações no local com um trado.

²¹ O mapeamento de turfas é um campo especializado e deve ser comissionado separadamente já que é muito aprofundado e não seria completado no mesmo período de tempo do trabalho de campo de AVC-HCSA. De preferência, estudos de solo devem ter sido conduzidos anteriormente, com os dados disponibilizados para a equipe de avaliação.



2.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Na etapa de análise e interpretação dos dados são realizadas a identificação de AVC e a análise de fragmentos florestais de HCS. É o momento de examinar todos os dados reunidos, de sintetizá-los e de se tirar conclusões. O objetivo é identificar valores (p. ex. AVCs e fragmentos florestais de HCS) dentro de uma AOI que devem ser conservados por efeitos na biodiversidade e subsistência. Para minimizar conflitos, recomenda-se que a equipe de avaliação se comunique regularmente com a Organização e com as principais partes interessadas (p. ex. comunidades afetadas), para que estas estejam bem informadas ao longo do caminho. Os titulares dos direitos devem ser convidados para contribuir com o esboço dos mapas e recomendações antes de uma consulta mais ampla a partes interessadas.

As principais tarefas²² nesta etapa incluem:

- Identificação de AVC
- Análise de fragmentos florestais de HCS
- Identificação de terras de populações locais (incluindo “áreas de subsistência futuras”)
- Identificação de turfeiras (se relevante)
- Sobreposição de conjuntos de dados relevantes para elaborar um mapa de conservação provisório
- Redação de recomendações de gestão
- Preparação para consulta com partes interessadas

2.6.1 Identificação de AVC

A equipe de avaliação, em consulta com partes interessadas e especialistas, analisa os dados biológicos, ecológicos e sociais relevantes (primários e secundários) para realizar a identificação de AVCs. O avaliador deve fornecer explicações e justificativas, apoiado por evidências da avaliação, sobre o porque de cada AVC (1-6) estar presente, potencialmente presente ou ausente. Para orientação detalhada sobre identificação de AVC, veja o **Guia Geral para Identificação de AVC**. O avaliador também deve preparar mapas de AVCs e áreas de gestão de AVCs.

Documentos de Referência

- Guia Geral para Identificação de AVC

QUADRO 4: USO DE INTERPRETAÇÕES NACIONAIS DE AVCs

Interpretações Nacionais de AVCs podem conter informações valiosas sobre indicadores e fontes de informação para avaliar valores socioambientais de importância nacional. Porém, em casos onde interpretações nacionais entrem em conflito com o Guia Geral para Identificação de AVC da HCVRN, o Guia Geral tem precedência. Em caso de dúvidas relacionadas a isso, entre em contato com a HCVRN. Em casos onde as Interpretações Nacionais de AVC forem usadas, isto deve ser claramente indicado e justificado.

²² Estas tarefas não estão necessariamente em ordem, e não são independentes. Existem muitas sobreposições e a análise de uma área (p. ex. fragmentos florestais de HCS) pode ajudar a identificar outras áreas de alto valor (p. ex. AVC 1).

Documentos de Referência

- Módulo 5 do Kit de Ferramentas da HCSA

2.6.2 Análise de fragmentos florestais de HCS

Nas primeiras etapas da avaliação, a equipe usa sensoriamento remoto e dados de pesquisa de campo para elaborar um mapa de áreas potenciais de florestas de HCS na AOI. Durante a etapa de análise e interpretação, os especialistas em HCSA usam a Árvore de Decisão de Análise de Fragmentos de Florestas de HCS para determinar a importância e priorização de cada fragmento florestal e se este precisa ser incluído no plano de conservação, dados seu tamanho, forma e conectividade com outros fragmentos, zonas ribeirinhas, áreas de turfa ou áreas de AVCs.

2.6.3 Identificação de terras da população local

Os resultados de mapeamento participativo e estudos sociais irão fornecer as informações necessárias para determinar a qualidade, extensão e localização das terras que precisam ser alocadas para futuras necessidades de subsistência. De acordo com o Kit de Ferramentas da HCSA, embora a quantidade real de terra necessária para segurança alimentar deva ser determinada com base em cada caso, através de processos colaborativos de planejamento de uso da terra, incluindo o mapeamento participativo, um mínimo de 0.5 ha de terra agricultável por pessoa numa unidade familiar deve ser alocado para este propósito. Não se pode salientar demasiado que este número (0.5 ha/pessoa) é indicativo, e que a quantidade real de terras necessárias para futuras necessidades de subsistência provavelmente irá excedê-lo. Para os fins da avaliação de AVC-HCSA, o avaliador deverá se engajar em discussões sobre terras necessárias para sustento futuro, e mapeá-las sempre que possível. Porém, os números e mapas apresentados no relatório de avaliação serão considerados apenas como indicativos. Estes números e mapas devem ser aperfeiçoados e acordados através de CLPI durante o desenvolvimento do ICLUP proposto.



2.6.4 Interpretação do estudo de turfas

Os seguintes pontos podem auxiliar a equipe de avaliação a analisar o estudo de turfas:

- Somente a identificação de turfas numa concessão não é suficiente porque nem todos os compromissos de turfas são os mesmos. Além de melhores práticas de gestão, eles podem ser (a) 'proteção de florestas pantanosas de turfa' ou (b) 'nenhum novo desenvolvimento na turfa'. Isto precisa ser distinguido de início, porque diferentes abordagens serão necessárias para (a) definir e delinear as florestas pantanosas de turfa remanescentes ou (b) definir e delinear turfa não desenvolvida independente do status da floresta. Para 'florestas pantanosas de turfa remanescentes' existe uma sobreposição entre HCSA e turfa, enquanto que 'nenhum novo desenvolvimento na turfa' precisa definir turfeiras não desenvolvidas, que é uma sobreposição de plantações e turfas existentes. Em ambos os casos, seria bom identificar a extensão da drenagem na área a ser protegida (i.e., não desenvolvida), porque estas precisam ser restauradas ou rehabilitadas.

- Zonas-tampão provavelmente serão necessárias para limitar os efeitos da drenagem afetando florestas de turfa protegidas (estimadas entre 500 m e 1km+ dependendo das circunstâncias).
- A gestão de turfeiras requer a definição de zonas coerentes de manejo de água para criar áreas protegidas de turfa /de florestas de turfa viáveis e hidrologicamente conectadas.



2.6.5 Sobreposição de conjuntos de dados relevantes

A equipe de avaliação pode agora sobrepor todos os conjuntos de dados relevantes para ter uma visão de onde se localizam todas as áreas potenciais de conservação e onde a Organização poderá prosseguir com atividades de produção de commodities. Isto fornece um resultado visual de todos os estudos de campo, estudos documentais e mapeamento participativo que ocorreram durante a avaliação.

Conjuntos de dados relevantes (mapas) a serem sobrepostos incluem:

- Localização de AVCs e áreas de gestão de AVCs
- Áreas de solo de turfás
- Posse da terra da população local (incluindo limites) e uso da terra (incluindo usos da terra/de recursos atuais e futuros) – ao menos uma área indicativa
- Áreas de floresta de HCS
- Áreas legalmente protegidas e de conservação necessária (p. ex. áreas protegidas, turfeiras protegidas, encostas, zonas ribeirinhas) – se já não incluídas nos mapas listados acima

O resultado da avaliação de AVC-HCSA é um relatório de avaliação contendo o seguinte:

- Identificação de valores (AVCs, florestas de HCS, turfeiras, terras de populações locais), fundamentado por provas
- Mapas mostrando áreas de conservação propostas, áreas de uso da terra comunitário e áreas propostas de desenvolvimento
- Recomendações de gestão e monitoramento

A equipe de avaliação deve realizar atividades da Árvore de Decisão até a 13ª etapa²³, quando o processo de análise dos fragmentos florestais de HCS é completado. O controle de qualidade do ALS analisa o relatório de avaliação de AVC-HCSA que inclui as áreas propostas de conservação, de uso da terra comunitárias e de desenvolvimento, mas não o ICLUP proposto.

²³A etapa 13 da Árvore de Decisão é chamada “Finalizando o ICLUP proposto”. Porém, para fins de ALS, o resultado da avaliação de AVC-HCSA que passará pelo controle de qualidade do ALS é o relatório de avaliação e não o ICLUP proposto. Isto será esclarecido conforme a HCSA desenvolver maior orientação sobre o desenvolvimento do ICLUP proposto.



2.6.6 Redação de recomendações de gestão e monitoramento

Depois de analisar as conclusões dos estudos documentais e de campo, e de identificar os valores importantes e áreas para conservação (i.e., AVCs, florestas de HCS, turfeiras, terras da população local) – a equipe de avaliação deve produzir um conjunto de recomendações de gestão visando manter os valores socioambientais ao longo do tempo. **Recomendações de gestão devem ser específicas para os valores identificados no local da avaliação e ligadas a mapas mostrando a localização dos valores e áreas de gestão.** Áreas de gestão são aquelas que precisam ser geridas (p. ex. protegidas, mantidas ativamente) para conservar os valores nelas abrigados. Áreas de gestão podem muitas vezes ser maiores que a área onde ocorre um valor. Por exemplo, a área de gestão para uma espécie em perigo de extinção pode incluir áreas de aninhamento e de alimentação. Embora as recomendações de gestão devam ser tão específicas quanto possível para os valores presentes, não se espera que o avaliador apresente objetivos e metas de gestão tão detalhados quanto seriam elaborados num plano completo de gestão.

Para oferecer boas recomendações de gestão, o avaliador deve entender 1) as condições necessárias para manter valores socioambientais ao longo do tempo e 2) os riscos ou ameaças que estes valores enfrentam. As recomendações de monitoramento seguem as metas de gestão globais. Se o objetivo da gestão é manter os valores ao longo do tempo, então a meta do monitoramento é acompanhar e mensurar se as metas da gestão estão sendo alcançadas. **Os avaliadores devem fornecer informações sobre impactos potenciais de operações em AVCs e florestas de HCS, identificar possíveis abordagens pra evitar, mitigar ou compensar os impactos negativos das operações e reunir diferentes perspectivas e recomendações sobre ameaças e opções de gestão.**

Documentos de Referência

- Orientação Comum para Gestão e Monitoramento de AVC

Tabela 6 Exemplos de como apresentar recomendações de gestão e monitoramento

VALORES SOCIOAMBIENTAIS A SEREM CONSERVADOS	AMEAÇAS AOS VALORES	RECOMENDAÇÕES DE GESTÃO	RECOMENDAÇÕES DE MONITORAMENTO
Terras suficientes alocadas para as necessidades de subsistência da população local	Imigração para a área, levando à pressão sobre a terra e os recursos naturais	Assegurar apoio aos meios de subsistência para a população local com reivindicações de terras costumárias (conforme documentado e acordado no ICLUP). Se a força de trabalho imigrante é necessária para a plantação, a Organização deve ajudar a aliviar a pressão sobre terras e recursos.	Acompanhar os indicadores de subsistência da população local para avaliar os impactos do projeto.
Turfeiras	Drenagem, queimada, invasão	Proteger as áreas legalmente se possível.	Visitas periódicas a turfeiras para medir sua qualidade e extensão.
AVC 1: Populações importantes de orangotangos	Perda e degradação de habitat	Proteger o habitat e os corredores usados pela espécie.	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisas anuais da população da espécie (p. ex. indivíduos) • Patrulhas regulares de monitoramento para manter os limites de áreas de AVC • Orientação sobre como prevenir impactos negativos não intencionais depois de revelar a presença e localização da espécie em perigo de extinção • Monitorar a qualidade da água e da floresta.
AVC 6: Local de importância cultural ou espiritual para comunidades locais (p. ex. cachoeira e bosque de árvores)	Invasão e poluição	Em colaboração com, e com o CLPI da população em questão, as Organizações devem tomar medidas para garantir e proteger tais áreas de danos ou intrusão, e assegurar e/ou limitar o acesso à área, sujeito a normas e escolhas da comunidade. Para manter os valores identificados, zonas-tampão devem ser estabelecidas e asseguradas em torno destas áreas.	Monitor water and forest quality.
Fragmento de floresta de HCS	Degradação através de efeito de borda ou coleta ilegal ou insustentável de recursos	Acordo sobre limites da floresta com a comunidade e demarcação das áreas de floresta a serem protegidas.	Monitoramento de áreas recém abertas com o apoio de monitoramento por satélite.

Além de oferecer recomendações de gestão e monitoramento, em linhas mais gerais, **o avaliador deve fornecer uma lista de atividades ou processos que precisam acontecer, ou que ainda estão em andamento, por exemplo:**

- Algumas comunidades podem não ter consentido para o mapeamento participativo e portanto suas terras/territórios não estão mapeados e não podem ser considerados para atividades de conservação e desenvolvimento. Porém, com o tempo, tais comunidades podem decidir se engajar novamente com a Organização e solicitar que o mapeamento e as atividades de avaliação prossigam.
- Algumas das etapas finais da Árvore de Decisão da HCSA, particularmente concessões mútuas de áreas envolvendo terras comunitárias. Quaisquer atividades pendentes da Árvore de Decisão devem ser explicadas claramente no relatório de avaliação.
- As Organizações devem reconhecer e respeitar os direitos da população conforme negociam acesso, uso ou restrições ao uso de terras. As Organizações devem informar as comunidades plenamente das implicações legais de aceitar os projetos e áreas de conservação propostos e explorar opções de posse, gestão e monitoramento. As Organizações também devem esclarecer que restrições e benefícios compensatórios se aplicariam à subsistência das comunidades e a opções de uso da terra como resultado das áreas terem sido classificadas como áreas de conservação (p. ex. AVC e florestas de HCS).
- A Organização deve aceitar os mapas acordados (elaborados durante o mapeamento participativo) como base para negociações sobre uso da terra proposto para desenvolvimento de commodities, a manutenção de meios de subsistência e áreas de conservação. Tais mapas devem continuar como propriedade das comunidades e só podem ser usados mediante acordo com as mesmas.
- Papéis e responsabilidades dos diferentes atores na gestão e monitoramento (quando possível).
- Capacitação adicional necessária para diferentes atores, especificando quem (funcionários da Organização, líderes comunitários, etc.) e que tipo de treinamento ou apoio é necessário para quais recomendações ou atividades de gestão e monitoramento. Por exemplo, a Organização pode não ter pessoal próprio especializado para desenvolver ou colocar em ação o plano detalhado de gestão e monitoramento, e portanto especialistas externos e um plano para capacitação adequada podem ser necessários.



2.7 CONSULTA

Os resultados da avaliação e o(s) projeto(s) de mapa(s) de conservação devem ser compartilhados com as comunidades afetadas e partes interessadas relevantes para obter suas opiniões e recomendações através de um processo de consulta. Apesar de alguma forma de consulta já ter ocorrido ao longo da avaliação (p. ex. consulta durante o mapeamento participativo, consulta com especialistas para discutir resultados de estudos de campo), a consulta com partes interessadas é uma oportunidade para discutir os resultados gerais da avaliação e recomendações de gestão. Os avaliadores são responsáveis por documentar e tratar (sempre que pertinente e possível) das questões levantadas pelas partes interessadas.

O objetivo desta consulta é procurar consenso sobre os valores que foram identificados e sobre a localização das áreas de conservação. A negociação de incentivos, benefícios e pacotes de compensação devidos a comunidades está além do escopo desta avaliação. Para garantir que as consultas sejam produtivas e que as partes interessadas estejam bem informadas, no mínimo, **a equipe de avaliação deve preparar o seguinte para as sessões de consulta:**

O objetivo desta consulta é procurar consenso sobre os valores que foram identificados e sobre a localização das áreas de conservação. A negociação de incentivos, benefícios e pacotes de compensação devidos a comunidades está além do escopo desta avaliação. Para garantir que as consultas sejam produtivas e que as partes interessadas estejam bem informadas, no mínimo, **a equipe de avaliação deve preparar o seguinte para as sessões de consulta:**

- Visão geral do projeto de desenvolvimento proposto
- Principais etapas do processo de avaliação
- Principais conclusões
 - Descrição e justificativa dos AVCs e florestas de HCS identificados, com mapas
 - Mapas das áreas identificadas como terras comunitárias (atuais e futuras)
 - Mapas das áreas de conservação (p. ex. AVC, floresta de HCS, turfeiras)
 - Ameaças identificadas para valores sociais e ambientais
 - Recomendações de gestão e monitoramento
- Dúvidas ou questões (com processo de avaliação, conclusões, operações, etc.)
- Quaisquer áreas de conservação sobrepostas (para os objetivos de conservação social e/ou ambiental) e como harmonizar suas gestões. Por exemplo, implicações para acesso ou uso comunitário se áreas de AVC 4, 5 ou 6 são designadas para conservação de AVCs 1-3.

As consultas podem ser organizadas em formatos diversos, incluindo reuniões nas aldeias, grandes apresentações para governo ou ONGs, reuniões individuais com especialistas ou líderes de ONGs, etc.

QUADRO 5: DOCUMENTAÇÃO DE CONSULTA

O relatório de avaliação deve descrever a abordagem (métodos) usada para consulta das partes interessadas, quando a consulta foi realizada durante a avaliação, que materiais (p. ex. mapas) e tópicos foram apresentados para consulta e fornecer resultados resumidos das consultas, incluindo como (quando relevante) as contribuições foram posteriormente incorporadas no relatório final. Ver Anexo 4 para os requisitos de documentação de consulta. Antes de incluir os nomes das partes interessadas e suas preocupações ou recomendações no relatório final, é necessário confirmar que suas preocupações e recomendações foram entendidas e que deram permissão para listar seus nomes; isto pode ser feito, por exemplo, pedindo que as pessoas aprovelem notas por escrito via e-mail. Porém, em casos onde as pessoas desejam permanecer anônimas, isto deve ser respeitado. Os avaliadores podem incluir opiniões, preocupações e recomendações de partes interessadas enquanto respeitando seu anonimato. Também é útil incluir uma breve descrição da resposta da equipe de avaliação ou como as preocupações da parte interessada foram abordadas e/ou incorporadas nos resultados e recomendações finais.



2.7.1 Comunidades afetadas

Apresentar os resultados da avaliação para as comunidades afetadas de forma totalmente transparente é um requerimento-chave da avaliação. Esta consulta precisa ser coordenada pelo avaliador, mas é recomendado que seja feita na presença e em colaboração com a equipe social da Organização sempre que possível. Esta consulta deve permitir que as comunidades façam comentários ou alterações nas conclusões propostas da avaliação.

2.7.2 Organização

A Organização é razoavelmente bem informada porque a equipe de avaliação tem reuniões ou discussões regulares com funcionários-chave da Organização com relação ao processo de avaliação e a conclusões que vão surgindo. A gerencia no âmbito da Organização precisa entender as conclusões da avaliação, especialmente em relação à extensão das áreas de gestão de AVC-HCSA e o motivo para a conservação destas.

2.7.3 Outras partes interessadas

É importante que outras partes interessadas tais como departamentos governamentais e ONGs sejam consultados. As partes interessadas envolvidas nas etapas de coleta de dados (p. ex. mapeamento participativo, trabalho de campo) provavelmente terão particular interesse nos resultados da avaliação. Assim como aquelas pessoas ou organizações que expressaram preocupações sobre o projeto de desenvolvimento e/ou o processo de avaliação durante suas etapas iniciais. Quando AVCs 1, 2, 3 estiverem presentes, é importante consultar as ONGs ambientais e outras entidades preocupadas com a conservação de habitat e biodiversidade.

24 Reconhece-se que este método é mais apropriado para funcionários do governo e de ONGs e para especialistas em certas disciplinas de organizações de pesquisa ou universidades, por exemplo

As conclusões e/ou recomendações da avaliação podem necessitar de edição segundo os comentários fornecidos por comunidades, outras partes interessadas e a Organização. O processo de consulta final pode não resultar em um consenso em todos os pontos – e isto deve ser claramente explicado no relatório da avaliação. Após o relatório de avaliação ter sido sujeito ao controle de qualidade do ALS, se mudanças significativas forem feitas que possam afetar as conclusões, recomendações e/ou mapas, então outra rodada de consultas pode ser necessária. Para maiores orientações, entre em contato com o ALS.



APÓS A AVALIAÇÃO, PROSSEGUINDO PARA AS PRÓXIMAS ETAPAS

PORTÃO DE CLPI PARA COMUNIDADES:

Após a avaliação, deve ser concedido tempo para que as comunidades possam revisar as informações fornecidas, consultarem-se entre si e com os conselheiros por elas escolhidos, e chegar às próprias decisões sobre se e como prosseguir com o projeto proposto.

Pode ser que algumas comunidades consintam com o projeto proposto e outras se recusem a dar seu consentimento.





2.8 EMISSÃO DE RELATÓRIOS E CONTROLE DE QUALIDADE

A etapa final do processo de avaliação de AVC-HCSA é a preparação do relatório de avaliação. O relatório de avaliação deve seguir o Modelo de Relatório de Avaliação de AVC-HCSA e ser submetido ao controle de qualidade do ALS da HCVRN. O ALS analisa o conteúdo do relatório (p. ex. identificação de valores com base em provas, mapas e recomendações de gestão). **Existem certas questões-chave que são fortemente consideradas durante a análise do relatório e que podem influenciar se o relatório é considerado satisfatório ou não (p. ex. documentação adequada de consulta a partes interessadas). Estas Questões-Chave estão listadas no Modelo de Relatório de Avaliação de AVC-HCSA.**

Observe que não há exigência para uma revisão separada por pares do relatório, porque o processo de revisão por pares foi adicionado ao processo de controle de qualidade do ALS. O relatório de avaliação, com materiais de apoio²⁵ (p. ex. mapas, dados), será uma contribuição importante para o processo de desenvolvimento do ICLUP, que a Organização é responsável por facilitar depois que o relatório de avaliação for considerado satisfatório pelo ALS.

O Painel de Qualidade do ALS verifica se toda a documentação necessária foi submetida e se as taxas foram pagas. Uma vez que o relatório for considerado completo, membros do Painel de Qualidade fazem uma revisão do relatório para analisar a estrutura e qualidade do conteúdo. Se o relatório tiver estrutura e qualidade satisfatórias, ele é considerado aceitável como uma contribuição ao desenvolvimento do ICLUP. Se o relatório for julgado insatisfatório (i.e., não atendendo aos requisitos do ALS), o avaliador poderá reapresentá-lo duas vezes (num total de tres possíveis tentativas de apresentação). Mais detalhes sobre o sistema de controle de qualidade de relatórios de avaliação estão em desenvolvimento. Veja a Figura 3 para uma visão esquemática do processo de controle de qualidade do ALS.

Processo de Controle de Qualidade



Figura 3 Processo de controle de qualidade do ALS para relatórios de avaliação de AVC-HCSA

²⁵ Uma lista completa dos materiais de apoio a serem apresentados com o relatório de avaliação está incluída no modelo de relatório de avaliação de AVC-HCSA

ANEXO 1: TERMOS DE REFERÊNCIA DA EQUIPE DE AVALIAÇÃO DE AVC-HCSA

As equipes de avaliação devem ser compostas de profissionais com especialização e experiência relevantes para conduzir uma avaliação de boa qualidade. Não há necessariamente um número compulsório de pessoas que devem compor a equipe. A ênfase se dá sobretudo na experiência e qualificações. Porém, espera-se que existam ao menos três ou quatro especialistas-chave na equipe (p. ex. líder da equipe, especialista em GIS/sensoriamento remoto, perito na área social e especialista ambiental). Ver abaixo as qualificações obrigatórias e recomendadas da equipe. **Observe que durante um período inicial depois da publicação do manual, alguns dos requisitos para membros da equipe de avaliação são flexíveis e isto está descrito em mais detalhes abaixo.**

AVALIADOR PRINCIPAL

Obrigatório

- Deve ter uma licença do ALS (provisória ou definitiva)
- Deve ser um profissional capacitado de HCSA, treinado em Gestão de Projetos de HCSA. **Nota: Durante o período inicial após a publicação do manual, enquanto os materiais de treinamento estiverem sendo desenvolvidos, é permitido haver duas outras pessoas além do avaliador principal que sejam profissionais registrados de HCSA.**
- Forte conhecimento das abordagens de AVC e HCS

Recomendado

- Educação e/ou treinamento relevante em pelo menos um dos campos requeridos para avaliação de AVC-HCSA
- Experiência local dentro do país ou ao menos da região
- Capacidade de sintetizar uma variedade de dados provindos de pesquisa documental e avaliações de campo
- Capacidade de chegar a um consenso viável sobre os resultados da avaliação e recomendações de gestão e monitoramento

ESPECIALISTA EM GIS/SENSORIAMENTO REMOTO

Obrigatório

- Deve ser um profissional registrado de HCSA, treinado no Módulo 5 da HCSA.
- Conhecimento no uso de software apropriado para as necessidades de dados

Recomendado

- Experiência em fazer parcelas de florestas de HCS no país. Isto irá permitir que ele/a possa estratificar as classes florestais com conhecimento de como estas se parecem no campo.

OUTROS MEMBROS DA EQUIPE

Outros membros da equipe também podem ter licenças do ALS ou serem profissionais registrados de HCSA (ao menos dois membros da equipe devem ser profissionais registrados de HCSA). Eventualmente, o

avaliador principal deverá ser um profissional de HCSA, mas no período inicial após a publicação do manual existe flexibilidade a respeito disto. **Entre em contato com o ALS da HCVRN para esclarecimento, se necessário.**

Equipe de levantamento florestal

Existem diretrizes específicas sobre a composição de equipes de levantamento florestal no Módulo 4 (Seção C) do Kit de Ferramentas da HCSA. Refira-se a estas ao determinar quem irá liderar a equipe de levantamento florestal e quem deverá ser membro desta equipe.

Peritos sociais

Ao menos um dos membros da equipe deve ter experiência na área social. Segue uma orientação geral:

- Conhecimento e experiência prática de campo dentro do contexto local
- Pode falar fluentemente o idioma nacional e, de preferência, uma ou mais línguas locais relevantes
- Conhecimento e experiência prática no uso e aplicação de métodos de mapeamento participativo/facilitação comunitária e métodos de ciências sociais
- Conhecimento minucioso dos sistemas costumários de uso da terra
- Entendimento de GIS é ideal

Peritos em ecologia/biodiversidade

Não há número previsto de peritos ou disciplinas necessárias. Pelo contrário, isto depende do local da avaliação e de quais estudos de campo são necessários. Porém, segue uma orientação geral:

- Experiência prática em biologia de conservação aplicada
- Compreensão da abordagem de conservação de paisagem
- Compreensão de turfeiras e requisitos para conservação de turfas
- Alguma especialização em ecologia de grupos de espécies importantes
- Conhecimento e experiência prática no uso e aplicação de métodos de levantamento ecológico relevantes
- Entendimento de GIS é ideal

ANEXO 2:

LISTA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO DE AVALIAÇÃO

TÓPICOS DE PLANEJAMENTO	NOTAS
Equipe de avaliação: TdR, qualificações, disponibilidade, contratos	
Comunicação com a Organização: a Organização está ajudando com a logística ou cobrindo certos custos? Esclarecer antecipadamente	
Viagens domésticas: voos, veículos, segurança rodoviária, viagem de barco, etc. Considerar também problemas de acesso devido à segurança, terreno, clima, etc.	
Transporte no campo: Assegurar transporte adequado para conduzir o plano de amostragem (i.e., corte de transectos, configuração de parcelas, etc.) e estudos sociais. Isto precisa ser comunicado ao gerente de logística com bastante antecedência, especialmente para projetos muito grandes.	
Hospedagem: hospedar-se no local ou numa cidade próxima, as equipes de campo estão acampando? Acesso a comida e água.	
Saúde e segurança: vacinações, seguro saúde, equipamento de proteção se necessário (p. ex. colete salva-vidas em barcos)	
Preparo de planilhas de dados, questionários, etc.	
Equipamento: bússola, unidades de GPS, fitas métricas, etc.	
Documentos de Referência: Cópias de orientação da HCVRN e interpretação nacional de AVCs se disponível, cópia de módulos do Kit de Ferramentas da HCSA, Guia de Implementação de Requisitos Sociais da HCSA (2018), Manual de Avaliação, etc.	
Suprimentos: rações de comida para o campo, combustível.	
Documentos/dados: Acesso a quaisquer dados ou documentos identificados como cruciais para avaliação.	

ANEXO 3:

LISTA DE CONTROLE DE NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO

DILIGÊNCIA DEVIDA E COLETA DE INFORMAÇÕES DOCUMENTAIS

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO	NOTAS SOBRE O QUE SE SABE	LACUNAS DE INFORMAÇÃO (PARA PREENCHIMENTO DURANTE O ESTUDO DE ÂMBITO E/OU AVALIAÇÃO COMPLETA)
Localização		
Tamanho da área operacional (ha)		
Descrição do projeto (p. ex. operação florestal, plantação de óleo de palma, etc.)		
Cobertura/uso da terra atual		
O uso planejado da terra é continuação do uso existente (p. ex. silvicultura em uma paisagem florestada, produção agrícola dentro de uma paisagem principalmente agrícola) ou o uso planejado da terra envolve conversão de vegetação natural?		
Qual é a intensidade do uso da terra/de recursos (p. ex. exploração florestal comunitária, desmatamento artesanal, desmatamento industrial seletivo, derrubada rotativa, plantação agrícola, etc.)?		
Quais as comunidades potencialmente afetadas?		
A Organização já iniciou um processo de CLPI? Existe uma descrição/ um cronograma de atividades de CLPI realizadas e planejadas?		
A Organização explicou o projeto para as comunidades afetadas?		
Foi acordado como e quem serão as partes interessadas representadas no processo de CLPI?		

AS INFORMAÇÕES A SEGUIR PODEM SER REUNIDAS DURANTE AS FASES DE ESTUDO DE ÂMBITO E DE AVALIAÇÃO COMPLETA

FONTES DE DADOS	NOTAS SOBRE O QUE SE SABE	LACUNAS DE INFORMAÇÃO (PARA PREENCHIMENTO DURANTE A FASE DE ESTUDO DE ÂMBITO E/OU DE AVALIAÇÃO)
Interpretação Nacional de AVC (se disponível)?		
AISA (se disponível)		
Sites e publicações relevantes		
Mapas existentes		
Relatórios e estudos relevantes (geralmente não publicados)		

S INFORMAÇÕES A SEGUIR PODEM SER REUNIDAS DURANTE AS FASES DE ESTUDO DE ÂMBITO OU DE AVALIAÇÃO COMPLETA

PAISAGEM	NOTAS SOBRE O QUE SE SABE	LACUNAS DE INFORMAÇÃO (PARA PREENCHIMENTO DURANTE A FASE DE ESTUDO DE ÂMBITO E/OU DE AVALIAÇÃO)
A paisagem circundante contém áreas protegidas, áreas-chave de biodiversidade ou ecossistemas bem geridos?		
A paisagem circundante contém agricultura extensiva, indústria pesada, fontes de poluição, assentamentos humanos densos, etc.?		
Existem características de grandes paisagens naturais (florestas, prados, rios, bacias hidrográficas, etc.)?		

**AS INFORMAÇÕES A SEGUIR PODEM SER REUNIDAS DURANTE AS FASES
DE ESTUDO DE ÂMBITO OU DE AVALIAÇÃO COMPLETA**

CONTEXTO DE ECOSISTEMA E BIODIVERSIDADE	NOTAS SOBRE O QUE SE SABE	LACUNAS DE INFORMAÇÃO (PARA PREENCHIMENTO DURANTE A FASE DE ESTUDO DE ÂMBITO E/OU DE AVALIAÇÃO)
Tipos e qualidade de ecossistemas (incluindo água doce)		
A área sustenta ecossistemas/habitats raros ou mal protegidos no país?		
Flora e fauna (incluindo a presença de espécies, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e espécies protegidas nacionalmente)		
Produção de mapas – quais mapas são necessários? Que informação é necessária?		

**AS INFORMAÇÕES A SEGUIR PODEM SER REUNIDAS DURANTE AS FASES
DE ESTUDO DE ÂMBITO OU DE AVALIAÇÃO COMPLETA**

CONTEXTO SOCIAL	NOTAS SOBRE O QUE SE SABE	LACUNAS DE INFORMAÇÃO (PARA PREENCHIMENTO DURANTE A FASE DE ESTUDO DE ÂMBITO E/OU DE AVALIAÇÃO)
Localização e tamanho de assentamentos humanos (p. ex. assentamento isolado, acampamentos sazonais, aldeais, vilas, cidades, etc.)		
Informação geral da população: tamanho, grupos étnicos, tendências de migração, organização e representação.		
Atividades de subsistência: dependência de recursos naturais (p. ex. agricultura, pesca, coleta, caça, água)		
Sistema de posse de terra (legalidade jurídica e costumária, como os direitos à terra podem ser transferidos). Reivindicações a terras e recursos sobrepondo-se à área de avaliação.		
Infraestrutura (estradas, educação, saúde, mercados, barragens)		
História do assentamento, uso da terra e de recursos e organização social/política.		
Locais de interesse cultural, valores culturais e crenças ligados a recursos naturais e sobrepondo-se com a área de avaliação.		
Produção de mapas: o mapeamento participativo é necessário em todos os casos onde pessoas habitem ou reivindicuem recursos sobrepondo-se com a AOI.		

ANEXO 4:

DOCUMENTANDO A CONSULTA A PARTES INTERESSADAS

Espera-se que a consulta a partes interessadas se dê ao longo de toda a avaliação. É provável que a consulta se inicie durante a etapa de coleta de informações, ou mesmo durante a etapa de diligência devida. A consulta irá continuar durante o estudo de âmbito, quando o avaliador provavelmente fará a primeira visita a comunidades que serão afetadas pelo projeto planejado, e prosseguirá durante os estudos de campo (especialmente estudos sociais). Finalmente, deverão se realizar consultas com as comunidades afetadas sobre os resultados da avaliação de AVC-HCSA. Além deste tipo de consulta, pode haver uma consulta pública formal sobre os resultados finais como parte dos requisitos do esquema de certificação.

Documentação detalhada de todas as consultas deve ser conservada, incluindo:

- **Data**
- **Detalhes das partes interessadas**
 - Título ou papel
 - Organização ou grupo social (p. ex. agricultores, idosos, empresas, governo, administração da aldeia, peritos, etc.)
 - Método de consulta – i.e., o tipo de interação: reunião de grupo, reunião individual, telefonema, etc.
 - Descrição da informação que foi compartilhada com o indivíduo/audiência e modo de apresentação (p. ex. por escrito, apresentação visual).
 - Resumo de principais questões/recomendações
 - Descrição breve da resposta da equipe de avaliação ou como as preocupações das partes interessadas foram abordadas e/ou incorporadas nos resultados finais (p. ex. recomendações de gestão).
 - A partir desta documentação detalhada, um quadro-resumo dos resultados da consulta a partes interessadas deve ser apresentado no relatório de avaliação final (ver Modelo de Relatório de Avaliação de AVC-HCSA).